

# Estudo condições de vida das trabalhadoras domésticas

na cidade de Salvador, Bahia. Brasil

CONLACTRAHO  
Confederación Latinoamericana y  
Caribeña de Trabajadores del Hogar



# Estudo condições de vida das trabalhadoras domésticas na cidade de Salvador-Bahia, Brasil

PROMOÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA DE ESTUDOS SOBRE CONDIÇÕES DE VIDA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Aida Moreno: Coordenadora do Estudo <sup>1</sup>

Elsa Chaney: Coordenadora Técnica (In Memoriam)

COOPERAÇÃO: Fundação Ford

EXECUÇÃO DO ESTUDO EM SALVADOR, BAHIA-BRASIL: SINDOMÉSTICO (Sindicato de Trabalhadores Domésticos - Salvador, Bahia-Brasil)

Autores: Creuza Maria Oliveira (\*) - coordenação  
Maria do Carmo de Jesus Santos (\*) - co-coordenação  
Eliane Cardoso Sales (\*\*)  
Jair Rodrigues (\*)  
Andréa Monteiro de Amorim (\*\*\*)  
Mary Garcia Castro (\*\*\*\*) - colaboração

(\*) Membros do SINDOMÉSTICO

(\*\*) Médica do Trabalho, Mestre em Epidemiologia, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia

(\*\*\*) Mestre em Epidemiologia, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia

(\*\*\*\*) Pesquisadora da UNESCO-Representação no Brasil; pesquisadora associada do Centro de Estudos de Migrações Internacionais-Universidade de Campinas; Professora aposentada da Universidade Federal da Bahia e colaboradora de CONLACTRAHO

<sup>1</sup> Mirador 1706 - Santiago, Chile

JANEIRO DE 2004

Para ELSA CHANEY

Copyright © Organização Internacional do Trabalho 2004  
1ª edição 2004

Esta publicação goza da proteção dos direitos autorais sob o Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito do Autor. Breves extratos desta publicação podem, entretanto, ser reproduzidas sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter os direitos de reprodução ou de tradução, as solicitações devem ser dirigidas ao Serviço de Publicações (Direitos do Autor e Licenças), *International Labour Office*, CH-1211 Geneva 22, Suíça. Os pedidos serão bem-vindos.

Estudo condições de vida das trabalhadoras domésticas na cidade de Salvador: Bahia,  
Brasil / Maria Oliveira Creuza ... [et al.] -- Brasília : OIT, 2004.

56 p.

ISBN 92-2-815401-2

1. Trabalho Infantil. 2. Trabalho Infantil Doméstico. I. OIT. II. Título. III. Maria Oliveira  
Creuza IV. Maria do Carmo de Jesus Santos. IV. Eliane Cardoso Sales. V. Jair Rodrigues. VI.  
Andréa Monteiro de Amorim. VII. Mary Garcia Castro.

As designações empregadas nesta publicação, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de matéria nelas incluídas não significam, da nossa parte, qualquer juízo com referência à situação jurídica de qualquer país ou território citado ou de suas autoridades, ou à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa nosso endosso às opiniões ali constantes.

Referências a firmas e produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação, e o fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovação.

O uso de um idioma que não discrimine e nem marque diferenças entre homens e mulheres é uma das preocupações dos parceiros deste projeto. Porém, não há acordo entre os linguistas sobre a maneira como fazê-lo. Desta forma, com o propósito de evitar a sobrecarga gráfica para marcar a existência de ambos sexos em língua portuguesa, optou-se por usar o masculino genérico clássico, ficando subentendido que todas as menções em tal gênero sempre representam homens e mulheres.

As publicações da OIT podem ser obtidas nas principais livrarias ou no Escritório no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília - DF, 70800-400, tel.: (61) 2106-4600, ou no *International Labour Office*, CH-1211. Geneva 22, Suíça, ou no Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe: Las Flores 275, San Isidro, Lima 27 - Peru. Apartado 14-24, Lima, Peru. Catálogos ou listas de novas publicações estão disponíveis gratuitamente nos endereços acima, ou por e-mail: [bravendas@oitbrasil.org.br](mailto:bravendas@oitbrasil.org.br), [pubvente@ilo.org](mailto:pubvente@ilo.org) ou [oit@oit.org.pe](mailto:oit@oit.org.pe)

2 Visite nossas páginas na Internet: [www.oit.org/brasil](http://www.oit.org/brasil), [www.ilo.org/childlabour](http://www.ilo.org/childlabour) e [www.oit.org.pe/lpec/tid](http://www.oit.org.pe/lpec/tid)

Impresso no Brasil

## Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A **Organização Internacional do Trabalho** foi fundada em 1919, com o objetivo de promover a justiça social e, assim, contribuir para a paz universal e permanente. A OIT tem uma estrutura tripartite única entre as Agências do Sistema das Nações Unidas, na qual os representantes de empregadores e de trabalhadores têm a mesma voz que os representantes de governos.

Ao longo dos anos, a OIT tem lançado, para adoção de seus Estados-membros, convenções e recomendações internacionais do trabalho. Essas normas versam sobre liberdade de associação, emprego, política social, condições de trabalho, previdência social, relações industriais e administração do trabalho, entre outras. A OIT desenvolve projetos de cooperação técnica e presta serviços de assessoria, capacitação e assistência técnica aos seus Estados-membros.

A estrutura da OIT compreende: **Conferência Internacional do Trabalho, Conselho de Administração e Secretaria Internacional do Trabalho**. A Conferência é um fórum mundial que se reúne anualmente para discutir questões sociais e trabalhistas, adotar e rever normas internacionais do trabalho e estabelecer as políticas gerais da Organização. É composta por representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores dos 177 Estados-membros da OIT. Esses três constituintes estão também representados no Conselho de Administração, órgão executivo da OIT, que decide sobre as políticas da OIT. A Secretaria Internacional do Trabalho é o órgão permanente que, sob o comando do Diretor-Geral, é constituída por diversos departamentos, setores e por extensa rede de escritórios instalados em mais de 40 países, mantém contato com governos e representações de empregadores e de trabalhadores e marca a presença da OIT em todo o mundo do trabalho.

A **Secretaria Internacional do Trabalho** é também instância de pesquisa e editora da OIT. Seu **Departamento de Publicações** produz e distribui material sobre as principais tendências sociais e econômicas. Publica estudos sobre políticas e questões que afetam o trabalho no mundo, obras de referência, guias técnicos, livros de pesquisa e monografias, repertórios de recomendações práticas sobre diversos temas (por exemplo, segurança e saúde no trabalho), e manuais de treinamento para trabalhadores. É também editora da *Revista Internacional do Trabalho* em inglês, francês e espanhol, que publica resultados de pesquisas originais, perspectivas sobre novos temas e resenhas de livros.

O Escritório da OIT no Brasil edita seus próprios livros e outras publicações, bem como traduz para o português algumas publicações da Secretaria Internacional do Trabalho.

A presente publicação do estudo promovido pela Confederação Latino Americana e do Caribe das Trabalhadoras Domésticas teve o apoio do Projeto Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Doméstico e do Projeto de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina; ambos do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da Organização Internacional do Trabalho (OIT):

Diretor Regional da OIT para América Latina e o Caribe: Agustín Muñoz Vergara

Diretor no Brasil: Armand Pereira

Coordenador Nacional do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil OIT/IPEC: Pedro Américo Oliveira

Assessora Técnica Principal do Projeto Trabalho Infantil Doméstico na América do Sul OIT/IPEC: Christine De Agostini

Assistente Regional do Projeto Trabalho Infantil Doméstico no América do Sul OIT/IPEC: Elyzabeth Gonzalez

Assessora Técnica Principal do Projeto de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina OIT/IPEC: Isa Ferreira

Coordenador Nacional do Projeto Trabalho Infantil Doméstico no Brasil OIT/IPEC: Renato J. Mendes

Assistente Nacional do Projeto Trabalho Infantil Doméstico no Brasil OIT/IPEC: Rodrigo Peixoto Moreira Penna

Coordenador Nacional do Projeto Trabalho Infantil Doméstico no Paraguai OIT/IPEC: Bernardo Puente

Assistente Nacional do Projeto Trabalho Infantil Doméstico no Paraguai OIT/IPEC: Lurdes Cantero

# APRESENTAÇÕES

Este livro é resultado do esforço da organização sindical das trabalhadoras domésticas em comunicar suas experiências, suas reflexões, suas perspectivas e, sobretudo, em comunicar um retrato ainda invisível aos olhos da sociedade e dos gestores públicos.

Neste ano, em que a comunidade internacional, com a liderança da Organização das Nações Unidas (ONU) celebrará a luta contra um dos mais abomináveis episódios da história universal: a escravidão, ainda assistimos a discriminações no mundo do trabalho, uma herança do *modus operandi*, próprio do servilismo, que resiste a abandonar nossos corpos jurídicos e práticas sociais, à toda luz, negativas para o acesso a direitos trabalhistas pela categoria das trabalhadoras domésticas.

Com o apoio a esta publicação, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no marco do seu Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), e dentro das ações do Projeto Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Doméstico, presentes no Peru, no Paraguai, na Colômbia e no Brasil, pretende brindar insumos aos que trabalham na área e fortalecer o movimento sindical desta categoria.

Pelo anteriormente exposto, a OIT manteve o espírito e a redação inicial do «Estudo sobre as Condições de Vida das Trabalhadoras Domésticas na Cidade de Salvador, Bahia, Brasil», escritos pela experiência de quem tem o conhecimento de causa, o que não o fez metodologicamente menos rigoroso e preciso. É a voz dos trabalhadores domésticos ganhando o espaço antes privilegiado aos acadêmicos.

Esta publicação é um claro exemplo de trabalho mancomunado entre as equipes IPEC do Peru, do Paraguai e do Brasil, e entre estas e a Confederação Latino Americana e do Caribe dos Trabalhadores Domésticos (COLACTRAHO).

Felicitemos esta iniciativa da COLACTRAHO, e com ela, honramos a memória de Elsa Chaney, incansável defensora dos direitos da categoria e parabenizamos à FENATRAD, na pessoa da Creuza Maria Oliveira, agraciada com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos de 2003 no Brasil, em razão da sua luta pela erradicação do trabalho infantil doméstico.

Christine De Agostini  
Assessora Técnica Principal  
Projeto Para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Doméstico na América do Sul

Estimada leitora, prezado leitor,

É um grande prazer apresentar este estudo da CONLACTRAHO, pois representa um importante resultado para nossa organização. A CONLACTRAHO, Confederação Latino Americana e do Caribe de Trabalhadoras Domésticas, agrupa os diferentes sindicatos, organizações e associações das trabalhadoras domésticas em toda a América Latina e Caribe. Desde 1988 estamos lutando para dar visibilidade e melhorar as condições de vida de nossas companheiras nos diversos países.

A falta de informação sobre as condições do trabalho doméstico na casa de terceiros tem sido ao longo do tempo um dos principais obstáculos na luta para melhorar esta situação.

Por este motivo nos alegra muito poder apresentar este estudo, tornando pública a realidade da vida diária da trabalhadora doméstica. Os exemplos mais destacados que encontramos são a falta de educação, a migração, a discriminação legal e social, e o desconhecimento dos direitos laborais. Tudo isto significa que a dignidade e os direitos humanos de nossas companheiras são violados cotidianamente.

O orgulho em apresentar este trabalho é ainda maior quando podemos afirmar que ele foi realizado por nós mesmas, as trabalhadoras domésticas. Foi portanto um processo longo e intenso, em meio às aflições, alegrias, tristezas e, porque não dizer, pranto. O importante é que cada uma das irmãs, trabalhadoras domésticas, adquiriu muita experiência e ampliou sua capacidade neste processo.

De início o estudo foi projetado para a Guatemala, México, Costa Rica, República Dominicana, Peru, Brasil e Bolívia. No entanto, depois de um longo processo foi possível concluí-lo apenas no Peru, Brasil e Bolívia. Os outros países dispõem da informação porém não lograram analisar os dados coletados.

Devido ao longo processo de elaboração, os dados já não são muito recentes, mas cada uma das companheiras que trabalhamos neste setor, que somos dirigentes das trabalhadoras, podemos testemunhar que as mesmas situações e condições são constatadas atualmente, da mesma forma como em 1996, quando se coletaram os dados.

Dado às especificidades do trabalho doméstico—todas as companheiras encerradas nas casas das famílias empregadoras, o processo de coleta da informação tampoco foi fácil. Entrevistou-se as trabalhadoras domésticas em seus poucos momentos livres: nas praças, em bares, às vezes, às escondidas.

Resta agradecer à Organização Internacional do Trabalho, por seu apoio na publicação deste estudo. Como também, agradecemos aos profissionais que nos ajudaram em algumas ocasiões. Queremos porém fazer um agradecimento muito especial a nossa irmã Elsa M. Chaney, em memória, uma intelectual americana, que se identificou muito com a causa das trabalhadoras domésticas. Ela sempre salientou a falta de informação ou dados sobre as trabalhadoras domésticas na América Latina e Caribe. Por isto, impulsionou com grande entusiasmo o projeto de um estudo pela CONLACTRAHO e além do mais motivou as próprias trabalhadoras domésticas a se capacitarem.

Finalmente, desejamos que o presente estudo possa significar um impulso à nossa justificada luta para melhorar as condições de vida de nossas companheiras de sindicato.

Casimira Rodriguez  
Presidenta CONLACTRAHO.

# ÍNDICE

<b>1. Introdução .....</b>	<b>9</b>
1.1. Serviço Doméstico no Brasil – Panorâmica .....	9
1.2. Reflexões sobre o Serviço Doméstico e Racismo no Brasil, nas palavras de uma Líder: Creuza Maria Oliveira em Durban .....	11
1.3. Breves Referencias à Historia do Sindicato de Trabalhadores Domésticos- Bahia (SINDOMÉSTICO) .....	15
<b>2. O Estudo sobre Serviço Doméstico na América Latina promovido por CONLACTRAHO .....</b>	<b>17</b>
<b>3. Estudo de CONLACTRAHO e SINDOMÉSTICO em Salvador-Bahia, Brasil .....</b>	<b>19</b>
3.1. Perfil Sócio-Demográfico e Ocupacional das Trabalhadoras Domésticas .....	19
3.2. A Inserção no Trabalho Doméstico .....	27
3.3. Características Atuais do Trabalho Doméstico .....	30
3.4. A Vida Fora do Trabalho Doméstico .....	35
3.5. As Trabalhadoras Domésticas e a Percepção sobre sua Saúde .....	37
3.6. O que Desejam e o que Esperam do Futuro .....	38
<b>4. Observações Finais .....</b>	<b>44</b>
<b>5. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>45</b>
<b>6. Gráficos .....</b>	<b>47</b>



# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Serviço Doméstico no Brasil

### - Panorâmica

O emprego doméstico no Brasil é uma ocupação desempenhada, na maioria das vezes, por mulheres, afrodescendentes, com baixos ingressos e com poucos anos de escolaridade. Dados recentes demonstram que cerca de 28,0% das mulheres brasileiras, na força de trabalho, têm como ocupação o «emprego doméstico» (IBGE, 2000). O desempenho desta atividade é marcado por condições de trabalho bastante desfavoráveis, envolvendo esforço físico prolongado, longas jornadas, falta de descanso semanal (Chaney & Castro, 1993), isolamento social, ambigüidade nas relações com patrões (Preuss, 2000; Vaz, 1999; Chaney & Castro, 1993), baixa remuneração, pouca regulamentação ocupacional (Bento, 2000) e grande rotatividade no emprego (Motta, 1977). Além disso, é objeto de discriminação social, evidenciada pela tradicional depreciação dirigida à «servidão» a que esta ocupação se remete, ou ao próprio racismo contra a etnia africana, às atividades que lhe caracterizam e que são consideradas «sujas», ou ainda, «de mulheres». Como consequência, observa-se em geral que os trabalhadores em atividades domésticas apresentam baixos níveis de satisfação com o seu trabalho (Santana & Almeida-Filho, 1993; Saffioti, 1978; Mota, 1977), falta de identidade com a ocupação, frustrações e baixa auto-estima (Chaney & Castro, 1993; Motta, 1977; Castro 1992 e Carvalho 2000).

No Brasil, esta atividade tem progressivamente se profissionalizado, mas, apesar de existir desde a época da colonização, até recentemente se configurava sem nenhuma garantia trabalhista. Na Europa, no entanto, esta atividade já era regulamentada desde o século XIX (Tenfelde, 1986).

A partir dos anos 60, no Brasil, a organização das trabalhadoras de serviços domésticos em associações, e posteriormente em sindicatos, possibilitou conquistas de alguns direitos trabalhistas para a categoria (ver Carvalho 2000). Em dezembro de 1972, o Congresso brasileiro aprovou a Lei 5.859, regulamentada pelo Decreto N. 71.885 de março de 1973 que dava direito aos trabalhadores em atividades domésticas a ter carteira de trabalho, férias anuais remuneradas e direitos previdenciários. Mais tarde, em 1988, a Constituição Federal estendeu a estes empregados, direitos sociais como, salário mínimo, licença maternidade e décimo terceiro salário (Gonçalves & Gonçalves, 1996). Recentemente, foi estabelecido o Seguro Desemprego, entretanto, o pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi colocado como facultativo para o empregador (Brasil, 2000). Apesar do grande contingente de mulheres que trabalham em serviços domésticos remunerados, 75,3% delas não possuem carteira de trabalho (IBGE, 2000).

Nas últimas décadas tem-se verificado um aumento do rendimento médio mensal para o trabalhador doméstico. Em 1995, era de R\$124,00, passando para R\$160,00 reais em 1998 - ou cerca de 80 dólares-, ano em que os empregados com carteira assinada apresentaram proporcionalmente um maior rendimento mensal (R\$222,00), em relação àqueles sem carteira assinada, (R\$140,00 reais). Disparidades regionais são evidentes, quando se observa que o Nordeste é a região onde estes trabalhadores apresentam o menor rendimento mensal (R\$107,00) em relação às demais regiões. Quando se avalia esta situação empregatícia por sexo, verifica-se que, também em 1998, existiam menos homens em situação informal no serviço doméstico do que mulheres, 23,4% e 37,9%, respectivamente (IBGE, 1999). Nota-se, portanto, que as relações de emprego formal são mais freqüentemente estabelecidas entre homens do que entre mulheres nesta ocupação.

Embora a legislação trabalhista tenha avançado para esses trabalhadores nas últimas décadas, a regulamentação da jornada de trabalho também ainda não foi determinada, não havendo, portanto, a obrigatoriedade de pagamento de horas extras por parte dos patrões. Estudos desenvolvidos na década de 80 demonstraram que 79,5% das empregadas domésticas tinham uma jornada diária de trabalho superior a 8 horas (Mello apud Chaney & Castro, 1993). Com efeito, quando a trabalhadora doméstica dorme no emprego, é comum a ausência de limites de jornada, a qual se prolonga conforme as demandas dos patrões (Santana & Almeida Filho, 1993).

Além destas situações desfavoráveis, quando essas trabalhadoras migram para os grandes centros urbanos, tendem a procurar um mercado de trabalho com baixa demanda por qualificação e utilizam o serviço doméstico, naturalmente aprendido, como «moeda» para a entrada no mundo do trabalho pago. Ao migrarem, essas mulheres trazem consigo também, a idealização da continuidade e manutenção de relações sociais primárias, originadas no núcleo familiar, contudo, se deparam com uma sociedade estrategicamente contratual (Motta, 1977). Em concordância com esses achados, Preuss (2000), num estudo feito com domésticas no Rio de Janeiro, constatou que o afeto é, realmente, um fator decisivo na realidade de trabalho destas mulheres, que associam a patroa à imagem da mãe, desejando também serem consideradas como “filhas” o que, certamente, contribuiria para amenizar a condição de trabalhar em serviços domésticos.

Em estudo realizado nos EUA sobre segregação ocupacional, ganhos e prestígio, o emprego doméstico foi referido como o 50º em termos de reconhecimento e valorização social, de uma lista composta de 52 ocupações (Xu & Leffler, 1996). Numa pesquisa realizada por Saffioti (1978) na cidade de Araraquara, São Paulo, a atribuição de pouco valor a esta ocupação se mantinha inclusive entre as próprias trabalhadoras, apenas 5,8% das mulheres que exerciam atividades domésticas remuneradas referiu ter escolhido a profissão porque gostava do ofício, e 46,1% relataram ter intenção de mudar de profissão.

Embora Woortman (1987) aponte algumas vantagens no emprego em atividades domésticas, a exemplo da possibilidade de obter ajuda dos patrões na aquisição de alimentos, roupas, utensílios domésticos, auxílio para a construção de moradia e compra de medicamentos, a maioria dos autores concorda com a precariedade deste tipo de ocupação. Em meio às desvantagens, problemas como isolamento social, afastamento da família, humilhações, agressões físicas e verbais, assédio e abuso sexual são situações comumente referidas e que podem favorecer o surgimento de danos, tanto físicos quanto

psíquicos entre os indivíduos que desempenham esta função (Vaz, 1999). (O texto anterior é parte de Cardoso Sales 2001.)

## **1.2. Reflexões sobre o Serviço Doméstico e Racismo no Brasil, nas palavras de uma Líder: Creuza Maria Oliveira em Durban**

Vem ganhando espaço na literatura nacional, a preocupação por entrelaçar na delimitação da identidade do serviço doméstico na história do Brasil, referências à classe, gênero e raça. A realização de tais sistemas de descrições sociais ressaltam a herança da colonização e da escravidão e explorações da força de trabalho no período contemporâneo que no caso do serviço doméstico, se deu via a combinação da dinâmica da organização servil e da capitalista.

Tal tônica se faz presente no depoimento apresentado por Creuza Maria de Oliveira no Fórum Especial "Vozes sobre Experiências Comparativas de Racismo", na Conferência Mundial da ONU contra o Racismo (Durban, África do Sul, agosto/setembro de 2001), que a seguir se transcreve. Creuza Maria de Oliveira é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia; Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos do Brasil (FENATRAD) e Secretária de Direitos Humanos da Confederação Latinoamericana e do Caribe de Trabalhadores Domésticos (CONLACTRAHO) e membro da entidade brasileira Movimento Negro Unificado (MNU). Com a palavra Creuza Oliveira:

Remeto-me à colonização das Américas e conseqüentemente a escravidão dos povos africanos para falar da discriminação e racismo no Brasil. Este sistema negou a humanização desses povos submetidos a opressão e os tratou como coisas.

A sociedade brasileira se estruturou e desenvolveu graças ao trabalho escravo, foi o país que recebeu o maior contingente de africanos escravizados, cerca de 4.500.000 indivíduos, que se perpetua até hoje na desigualdade em todos os seus aspectos, econômicos, culturais, sociais, educacionais, etc.

Minha história não é muito diferente das de tantas outras mulheres negras trabalhadoras domésticas oriundas de famílias pobres. Expulsa do interior do Brasil, pela miséria e precárias condições de sobrevivência, estas famílias são obrigadas a enviar seus filhos e filhas para o trabalho braçal. A maioria chega nos grandes centros ainda com tenra idade, pois o trabalho infantil é também uma das chagas da desigualdade e da exploração da sociedade brasileira.

Fiquei órfã, de pai, aos cinco anos, e aos dez anos minha mãe foi viver maritalmente com uma pessoa que não aceitou-a com seus três filhos, infelizmente ela também veio a falecer quando eu tinha treze anos. Eu já trabalhava desde os dez anos de idade e após a sua morte, fui então trabalhar na casa de uma família, com a promessa de colocar-me na escola, e teria como tarefa fazer todo serviço da casa e ser babá de uma criança de dois anos. Longe de minha família e entes queridos, logo sentiria a discriminação que marcaria minha vida para todo sempre. Os patrões faziam piadas com a minha pessoa, principalmente do meu cabelo, e da minha família. Lembro que em certa ocasião, em uma das visitas de minha mãe, ela cuspiu no pátio dos fundos da casa, prática comum no interior. Quando ela foi embora a dona da casa fez com que eu lavasse todo o pátio e passasse pano molhado na casa, numa clara alusão, que vim entender mais tarde, de que minha família e eu

éramos sújos. Convivia com as crianças da casa, mas sentia o tratamento desigual para comigo, também criança. A minha refeição era feita pela patroa com o resto de comida do prato dos seus filhos, ela dizia: “póde comer, tá limpo”. O prato em que eu comia era diferente dos outros e ficava guardado embaixo da pia. Dava-me como exemplo dizendo aos filhos: “se você não estudar, vai ser graxeira, vai ser empregada”. Foi um longo processo de negação de mim mesma, da minha humanidade e a perda da minha infância que foi junto com a morte de meus pais. Meus afazeres e as constantes humilhações não me permitiam ser criança, brincar, fantasiar e muito menos ir a escola como haviam prometido. Quando meus patrões saíam para passear, aos domingos, meu lugar era atrás, carregando e sendo responsável por uma criança de dois anos, um esforço sobre humano para uma criança de dez anos de idade.

Eu queria que fosse diferente. Era a primeira a acordar, não podia visitar a minha família, não podia estudar, fazer amigos e era sempre responsável pela criança. Era criança, mas trabalhava como se fosse um adulto.

A ilusão de sair do interior, trabalhar na cidade ir à escola não se concretizou.

Ao visitar-me, de seis em seis meses, minha mãe recebia restos de comida, roupas usadas e cerca de vinte reais (cerca de oito dólares), que era a «paga» pelos meus serviços.

Neste período o meu maior sofrimento era o espancamento, por qualquer motivo, sendo taxada de lerda, idiota, preguiçosa, etc. Quando a patroa não estava em casa, o pai dela, de sessenta anos, mostrava-me seus órgãos genitais, masturbava-se e pedia que eu pegasse. Não tinha noção que estava sofrendo abuso sexual.

Nestes mais de trinta anos de profissão, após um período de construção de minha militância, através do Movimento Negro Unificado, do Movimento de Mulheres, do Movimento Sindical e exercendo, atualmente, a função de presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia, Presidenta da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos do Brasil e Secretária de Direitos Humanos da CONLACTRAHO, constato que o trabalho doméstico continua com a mesma prática, inclusive nos países da América Latina, como por exemplo: México, Peru, Argentina, Guatemala, onde as trabalhadoras são pessoas que continuam sendo desrespeitadas, violentadas e exploradas.

A diferenciação do trabalho doméstico não é somente uma prática do senso comum, mas também evidencia-se na lei, pois legalmente o trabalho doméstico não é considerado nem regido pelas leis trabalhistas. A Lei 5858/72 que regulamenta a categoria trabalhador doméstico define a (o) trabalhadora (or) como “...aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”.

Em uma sociedade machista, racista e classista uma atividade social e culturalmente associada às mulheres composta hegemonicamente por mulheres negras, definida como sem finalidade lucrativa, não é valorizada. Esta realidade não é constatada somente no Brasil e sim na maioria dos países da América Latina, o não reconhecimento do valor social do Trabalho Doméstico.

Minha história de vida se confunde com minha profissão e esta norteia todas as atividades que hoje realizo.

Quando se é criança não reagimos e as vezes até achamos normal sermos violadas, porém, sempre tive sede de saber e esperança de mudança e busquei uma forma de lutar contra as injustiças que vivi. Hoje luto, em várias instâncias, COLACTRAHO (Confederação Latino Americana e do Caribe de Trabalhadores do Hogar), FENATRAD (Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos), Sindoméstico (Sindicato do Trabalhadores Doméstico do Estado da Bahia), Movimento Negro Unificado, onde aprendi a aceitar-me como negra e não ter vergonha de mim mesma, de meu cabelo, da minha cor de pele; e ainda no Conselho Estadual de Mulheres, no sentido de buscar uma igualdade, reconhecimento e garantia dos direitos humanos, sociais e trabalhistas das trabalhadoras domésticas.

Enquanto setores organizadas propomos:

- Combater o trabalho infantil*, isto pode ser conseguido a partir do momento em que as famílias tiverem condições mínimas para cuidarem das crianças, para darem uma condição digna, não sendo necessários iniciarem-nas em tenra idade ao trabalho;
- Creches/escolas*;
- Punição ao abuso sexual das trabalhadoras domésticas*, pelos patrões e familiares destes;
- Fortalecimento dos sindicatos* para que estes possam, além de reivindicarem melhores condições trabalhistas, também possam conscientizar a categoria, na conquista e manutenção de seus direitos e em um acompanhamento psicológico.
- O compromisso de parlamentares* que estejam comprometidos com as causas populares.
- Resgate da auto-estima da mulher negra*.

A discriminação que recai sobre esta categoria profissional além de física é também psicológica, sendo esta última devastadora, pois estas deixam marcas tão profundas que não podem ser reparadas sem um atendimento especializado. Violência muitas vezes desencadeada em espaço privado, de forma muitas vezes “cordial”, traduzida por não ter sua cidadania respeitada, não ter um moradia, morar no local do trabalho, muitas vezes inadequado; ficar a disposição do patrão, não ter jornada de trabalho fixada em lei; em função disto perder contado com o resto da sociedade, não tendo horário de lazer, de cuidar de sua saúde, nem para viver sua vida; constituir família, em uma expressa violação do direito de ir e vir. Sem contar que a separação e o distanciamento de sua família já caracteriza uma violência.

A dominação e opressão exercida pelos patrões, neste espaço privado, se constituindo em uma lavagem cerebral, em um quase confinamento leva a aceitar todo tipo de informação como verdadeira, sem oportunidade de uma análise crítica, até mesmo da situação em que se encontra. Muitas vezes tendo como companheiro os meios de comunicação que transmite uma imagem irreal de seu lugar na sociedade. Quando tem acesso a escola, sempre em horários noturnos, esta escola não é de qualidade, não valoriza o ser humano, não trabalha a auto estima, não trabalha a cidadania. Tudo isto leva a perda de sua identidade, e os costumes diferentes adquiridos nos locais de trabalho leva a trabalhadora a sonhar com uma realidade que não é a sua. Ainda hoje isto acontece.

É necessário um comprometimento dos governantes, dos sindicatos no sentido desconstruir as injustiças e construir um mundo melhor. Desconstruir um processo de 500 anos de opressão e construir a cidadania plena para homens e mulheres, negros índios e brancos em fim todos os povos.

#### Alguns dados sobre a categoria trabalho doméstico:

- De acordo com dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 1995, no estado da Bahia existiam cerca de 327.168 trabalhadoras domésticas;
- Dados do ano de 2000, revelam que 54,2% das mulheres negras, em Salvador estão em ocupações em situação de trabalho vulneráveis, nesta situação está incluído o trabalho doméstico, os trabalhos familiares não remunerados e os assalariados sem carteira assinada.
- O índice de rendimento médio de uma mulher negra, no ano de 2000 (primeiro semestre), em Salvador, é de 43,33 reais em relação a 100,00 reais do homem branco.
- O índice de analfabetismo entre a população negra é de 22,2% e parda de 22,2%, contra 9,0% da população branca do Brasil, em 1997.
- O número de mulheres negras que não contribuem para o Instituto de Previdência é de 58,9% da população ocupada na região Nordeste/Sudeste, em 1997, o que pode ser resultado da elevada concentração dos trabalhadores em condições precárias de trabalho.
- A taxa de participação da mulher negra no mercado de trabalho, em Salvador, no primeiro semestre de 2000, foi de 54,5%. (tabela 1 - anexos)
- A porcentagem de trabalhadores domésticos, em Salvador, em 1998 era quatro vezes maior do que o números de brancos na mesma função.
- É a mulher negra quem recebe o menor rendimento médio, em termos de salários mínimos: cerca de 1,4 salário.

No Brasil, 5 milhões de pessoas sobrevivem do trabalho doméstico. Na grande maioria são mulheres e negras, submetidas a diversos tipos de exploração e discriminação.

A população negra no Brasil, segundo dados do último censo, está representada em aproximadamente 80 milhões de pessoas.

Entre as diferentes instituições de pesquisa do Brasil, como IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e; o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, bem como o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, instrumento da ONU – Organização das Nações Unidas, para medir os níveis de desigualdades nos países, tomando como base: renda, escolaridade e anos de vida, sugerem que a população negra aparece como a parcela que ocupa os níveis mais altos de empobrecimento.

Por fim, quero reforçar as reivindicações dos fóruns internacionais, realizados até chegarmos aqui nesta Conferência, falo pois das deliberações tiradas no III Encontro Nacional de Mulheres de Negras do Brasil, em julho de 2001; da Conferência Preparatória do Chile, em dezembro de 2000; do I Encontro Nacional de Parlamentares Negros, realizada no Brasil, em julho de 2001 e; da Conferência Preparatória realizada em Genebra, na Suíça, em maio de 2001. Nestes encontros as comunidades negras e indígenas das Américas, os países do Continente Africano e outros povos em posições desiguais no plano mundial, colocaram como questões imprescindíveis que: o racismo passe a ocupar o patamar de crime de lesão contra a humanidade e como política internacional pela superação dos danos causados pela escravidão, que todos os governos, presentes nesta conferência incluam no documento oficial o compromisso de levar a cabo nos seus territórios nacionais e no plano mundial as políticas de reparações às vítimas do racismo, bem como a todo tipo de opressão de gênero e raça.

### **1.3. Breves Referências à História do Sindicato de Trabalhadores Domésticos- Bahia (SINDOMÉSTICO)**

A organização das trabalhadoras domésticas no estado da Bahia teve início no final dos anos 70, a partir de discussões travadas por um grupo de trabalhadoras que estudavam no SUPLEVAC - Supletivo do Colégio Antonio Vieira, no bairro do Garcia na cidade de Salvador.

Fruto daquelas discussões iniciais o grupo foi crescendo e se consolidando, tendo evoluído para a formação da Associação de Trabalhadoras Domésticas, no ano de 1986.

Optou-se pela criação de uma Associação em função da categoria não ser reconhecida, portanto, não poderia criar sindicatos, o que só passou a ser permitido por lei a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

<sup>2</sup> Fontes: Home Page: [http://www.mte.gov.br/gm/discrimin/disc\\_10.htm](http://www.mte.gov.br/gm/discrimin/disc_10.htm) (Programa de Combate à Discriminação no Trabalho e na Profissão); BENTO, Maria Aparecida. Palestra proferida no Seminário Relações Raciais e Desigualdade Econômicas: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000. 67 p. – (série ação parlamentar; n. 104); Mapa da População negra no mercado de trabalho. INSPIR. São Paulo. 1999.

A partir da criação da Associação, a luta das trabalhadoras domésticas ganhou um novo impulso, tendo participação e apoio constante nas mobilizações populares, sindicais, trabalhistas, conferidas as outras categorias, bem como assegurado o direito de criar sindicatos.

Fruto da mobilização nacional da categoria, tivemos parte das nossas reivindicações atendidas, sendo que a nossa participação mereceu destaque por parte de vários setores da sociedade.

No dia 13 de maio de 1990, aconteceu a criação do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos no Estado da Bahia - SINDOMÉSTICO. Foi um momento de festa e reafirmação da nossa disposição de continuar lutando em prol dos nossos direitos que historicamente tem sido negados.

#### Algumas atribuições do SINDOMÉSTICO:

- Representar a categoria no âmbito do estado da Bahia;
- Organização e conscientização da categoria;
- Defesa dos direitos trabalhistas e sociais da categoria;
- Resgate da auto estima das trabalhadoras domésticas;
- Combate sistemático às discriminações de raça e gênero;
- Participação e apoio nas lutas dos excluídos da sociedade.

#### Algumas atividades do SINDOMÉSTICO:

- Reuniões e assembléias com a categoria;
- Cursos de formação;
- Atendimento jurídico;
- Rescisões contratuais;
- Distribuição, na base de um boletim informativo bimensal - «O Quente»

## 2. O ESTUDO SOBRE SERVIÇO DOMÉSTICO NA AMÉRICA LATINA PROMOVIDO POR ONLACTRAHO

O estudo sobre serviço doméstico, tendo como referência pesquisa de corte quantitativo, por amostragem arbitrária e por quotas, realizada em Salvador, em 1997, que se detalha dos próximos capítulos faz parte de um amplo programa de pesquisas realizadas em distintos países da América Latina, tendo como referência um questionário padrão elaborado por distintas lideranças de sindicatos de trabalhadores domésticos.

No segundo Congresso de CONLACTRAHO realizado em Santiago de Chile em 1991 foi acordado levar-se a cabo um estudo sobre condições das trabalhadoras domésticas em países da América Latina para contar com informações atuais para orientar as ações da Confederação e dos sindicatos e associações filiados.

As trabalhadoras domésticas organizadas participaram de todas as fases da pesquisa que se iniciou em 1994, a saber: desenho da pesquisa; coleta, sistematização e análise dos dados; e administração do projeto em cada país, incluindo a responsabilidade com a parte contábil e financeira. O estudo contou com a colaboração da Fundação Ford, recebendo também dotações da UNIFEM. Em nível internacional vem participando uma equipe de colaboradoras voluntárias, pesquisadoras. Destaca-se entre essas, a antropóloga Elsa Chaney (falecida em 2000) que foi uma das principais articuladoras da realização das pesquisas em cada país. A equipe de colaboradoras internacionais promoveu também assistência técnica em especial para o desenho da amostra, do instrumento de coleta, do treinamento de equipes de entrevistadoras e da supervisão quanto a entrada de dados. Além de Elsa Chaney, vem participando da equipe de colaboradores, as sociólogas Mary Goldsmith (Universidade Autônoma do México) e Mary Garcia Castro (UNESCO-Representação no Brasil e pesquisadora associada da UNICAMP-Centro de Estudos de Migrações Internacionais).

As equipes dos sindicatos que desenvolveram as pesquisas contaram em cada país também com a colaboração de pesquisadores contratados pelos sindicatos com fundos do estudo ou que colaboraram com esse de forma voluntária, mas garantindo-se que a coordenação de cada estudo se mantivesse com a respectiva organização de trabalhadoras domésticas.

No estudo de Salvador, a equipe técnica de colaboração esteve composta por Eliane Cardoso Sales e Andréa Monteiro de Amorim que trabalharam em conjunto com membros do SINDOMÉSTICO (Creuza Maria de Oliveira, Maria do Carmo de Jesus Santos e Jair Rodrigues).

O Programa de estudos de CONLACTRAHO é coordenado por Aida Moreno, que é uma das fundadoras de CONLACTRAHO, que se constitui em 1986.

Como se indica em vários documentos de CONLACTRAHO os estudos são desenvolvidos por, para e sobre as trabalhadoras domésticas.

Cerca de 3000 trabalhadoras domésticas foram entrevistadas na Bolívia (La Paz), Brasil (Salvador); Costa Rica (San José), República Dominicana (Santo Domingo), Guatemala (cidade de Guatemala) e Peru (Lima).

Cada equipe vem produzindo um relatório, ficando a respectiva organização com um banco de dados da pesquisa.

A intenção é vir a produzir, no futuro, um estudo síntese comparativo que indique as condições de vida, universo de valores e aspectos relacionados a organização e direitos humanos dos trabalhadores domésticos na América Latina.

A partir de um questionário, perguntou-se às trabalhadoras sobre suas histórias de trabalho, movimentos migratórios, condições de trabalho, vida familiar, conhecimento de direitos trabalhistas, escolaridade, casos de abuso sexual e aspirações. Na amostra se garantiu a diversidade de situações, optando-se por amostras por quotas, quanto a estratificação social do bairro, forma de contratação (internas, diaristas) e tipo de atividade (cozinheiras, lavadeiras, babás e para todo serviço).

# 3. O ESTUDO DE CONLACTRAHO E SINDOMÉSTICO EM SALVADOR BAHIA, BRASIL

No Brasil como observado, a pesquisa foi realizada na cidade de Salvador, pelo SINDOMÉSTICO, e no capítulo seguinte se faz alguma referencias à historia esse sindicato.

Para as trabalhadoras domésticas do SINDOMÉSTICO, em Salvador, que entrevistaram as colegas, a realização da pesquisa foi considerada importante «para a busca da melhoria da categoria». Segundo elas, houve dificuldades para a realização das entrevistas, por conta do acesso, que nem sempre era facilitado por porteiros dos edifícios. Às vezes, a entrevista era realizada no próprio trabalho e havia muitas interrupções pela necessidade da entrevistada dar continuidade as atividades de trabalho, olhar as crianças, preparar a comida etc. Algumas trabalhadoras eram entrevistadas na saída do colégio e muitas não assumiam que eram domésticas. Houve a necessidade de fornecimento de informações detalhadas e repetidas sobre os objetivos da pesquisa, sobre os órgãos responsáveis, para que houvesse a aceitação de algumas delas em participar do estudo. Membros do sindicato de trabalhadoras domésticas, no caso da pesquisa na cidade de Salvador registraram comentários sobre temas da pesquisa, o que se apresenta no corpo da pesquisa.

## 3.1. Perfil Sócio-Demográfico e Ocupacional das Trabalhadoras Domésticas

Em Salvador, Bahia, Brasil, as trabalhadoras domésticas encontravam-se principalmente na faixa etária de 18 e 39 anos (70,0%), eram solteiras em sua maioria (71,7%) e não possuíam filhos (61,3%); 29,3% possuíam até três filhos. A maioria delas (70,0%) veio do interior do estado da Bahia, cursaram apenas o primeiro grau escolar (77,0%) e eram da religião católica (58,7%) (Tabela 1).

Tabela 1: Características sócio-demográficas das trabalhadoras domésticas. Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS	TRABALHADORAS DOMÉSTICAS	
	N=300	100,0%
Idade atual (em anos)		
< 18	35	11,7
18 – 25	111	37,0
26 – 39	99	33,0
40 – 62	49	16,3
Não respondeu	6	2,0
Situação conjugal		
Solteira	215	71,7
Casada/convivente	53	17,7
Separada	9	3,0
Viúva	9	3,0
Não sabe	10	3,3
Não respondeu	4	1,3
Número de filhos		
Nenhum	184	61,3
1 a 3	88	29,3
4 a 6	21	7,0
> 6	7	2,3
Lugar de origem		
Salvador	87	29,0
Outras cidades	210	70,0
Não respondeu	2	0,7
Nível de escolaridade		
Nenhum	33	11,0
Primeiro grau	231	77,0
Segundo grau	19	6,3
Outro*	8	2,7
Não sabe	1	0,3
Não respondeu	8	2,7
Religião		
Católica	176	58,7
Evangélica	44	14,7
Testemunha de Jeová	5	1,7
Kardecista	3	1,0
Adventista	2	0,7
Candomblé	1	0,3
Outra	6	2,0
Não sabe	7	2,3
Não respondeu	53	17,7

\* Colégio vocacional, outro instituto superior, instrução técnica.

Sobre o achado de que a maioria das entrevistadas teria cursado somente o primeiro grau, no caso de conseguir terminar um curso, seguem alguns comentários de líderes do Sindoméstico:

*Existe dificuldade para os patrões liberarem a gente, eu entrei na escola com 22 anos pois os patrões não querem que a trabalhadora estude para não se informar. (Marinalva Barbosa)*

*Temos que conciliar as duas coisas: colégio e trabalho. Quando vim do interior, eu estudava a noite, o trabalho mais fácil que eu achei foi em casa de família. (Valdete Souza)*

Trabalhar e dormir na casa dos patrões foi a forma mais comum de trabalho (55,8%), sendo mais freqüente entre as domésticas mais jovens (91,4% das menores de 18 anos e 73,9% das que tinham entre 18 e 25 anos de idade). Entre as maiores de 25 anos observou-se principalmente que elas trabalhavam em apenas uma casa mas voltavam aos seus lares para dormir (57,6% entre 26 e 39 anos e 42,9% entre 40 e 62 anos). Poucas trabalhadoras domésticas eram diaristas (7,3%) e neste grupo encontravam-se principalmente mulheres de 40 a 62 anos de idade (20,4%) (Tabela 2).

Tabela 2: Forma de trabalho das domésticas segundo a sua faixa etária atual, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

FAIXA ETÁRIA (anos)	FORMA DE TRABALHO									
	Dorme casa patrões		Uma casa / dorme fora		Diarista		Outro ou não respondeu		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
< 18	32	91,4	1	2,9	1	2,9	1	2,9	35	11,6
18 - 25	82	73,9	25	22,5	4	3,6	—	—	111	36,9
26 - 39	35	35,4	57	57,6	7	7,1	—	—	99	32,9
40 - 62	16	32,7	21	42,9	10	20,4	2	4,0	49	16,3
Não respondeu	3	50,0	3	50,0	—	—	—	—	6	2,0
TOTAL	168	55,8	107	35,5	22	7,3	3	1,0	300	100,0

Note-se, segundo a tabela anterior, que no grupo entre 26 a 39 anos, a maioria das trabalhadoras domésticas não dormiria na casa dos patrões, tendência que viria aumentando nos últimos anos de acordo com distintos estudos. Sobre essa tendência, observa Creuza Maria de Oliveira, presidente do SINDOMÉSTICO:

Para nós é uma vitória 50% das trabalhadoras estarem dormindo fora. Existe no Brasil, a cultura de ter uma empregada dentro de casa por exigência do patrão. Em caso de necessidade, a trabalhadora doméstica deixa marido e filhos por conta dessa exigência. Há necessidade de conscientização do empregador em mudar a noção da trabalhadora como um objeto diariamente à disposição.

O ofício mais comum foi o de cozinheira (27,6%) e o menos comum foi o de lavar e passar roupas (7,3%). Os serviços de cozinha eram desempenhados mais frequentemente por mulheres de 40 a 62 anos (38,8%). As meninas menores de 18 anos se ocupavam mais de cuidar de crianças/ idosos (34,3%) ou de outras tarefas (34,3%) (Tabela 3).

Tabela 3: Ofícios desenvolvidos pelas trabalhadoras domésticas segundo a sua faixa etária atual. Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

FAIXA ETÁRIA (anos)	OFÍCIO													
	Todo serviço		Lavar/passar		Cozinhar		Cuidar crianças/idosos		Outro		Não respondeu		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
< 18	1	2,9	2	5,7	6	17,1	12	34,3	12	34,3	2	5,7	35	11,6
18 - 25	20	18,0	12	10,8	24	21,6	14	12,6	27	24,3	14	12,6	111	36,9
26 - 39	13	13,1	2	2,0	31	31,3	23	23,3	25	25,3	5	5,0	99	32,9
40 - 62	5	10,2	6	12,2	19	38,8	3	6,1	9	18,4	7	14,3	49	16,3
N. res.	1	16,7	—	—	3	50,0	—	—	2	33,3	—	—	6	2,0
TOTAL	40	13,3	22	7,3	83	27,6	52	17,2	75	24,9	28	9,7	300	100,0

No que se refere à situação conjugal observa-se que entre as meninas menores de 18 anos (77,1%) e na faixa etária de 18 a 25 anos de idade (81,1%) encontrou-se o maior grupo de solteiras. Quando se analisa a situação conjugal de acordo com o tipo de ofício verifica-se que entre as domésticas que dormiam na casa dos patrões encontrou-se a maior proporção de solteiras (84,5%), entre as diaristas (40,9%) eram casadas/conviventes (40,9%) (Tabela 4).

Tabela 4: Situação conjugal das trabalhadoras domésticas segundo a forma de trabalho. Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

FORMA DE TRABALHO	ESTADO CIVIL											
	Solteira		Separada		Casada/ Convivente		Viúva ñ respondeu		Não sabe/		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Dorme casa patrões	142	84,5	2	1,2	7	4,2	3	1,8	14	8,4	168	56,0
1 casa/dorme fora	61	57,0	5	4,7	36	33,6	5	4,7	—	—	107	35,7
Diarista	11	50,0	1	4,5	9	40,9	1	4,5	—	—	22	7,3
Outro ou não respondeu	1	33,3	1	33,3	1	33,3	—	—	—	—	3	1,0
TOTAL	215	71,7	9	3,0	53	17,7	9	3,0	14	4,6	300	100,0

Quando se analisa a escolaridade das trabalhadoras domésticas observa-se que a maior proporção de analfabetismo encontrava-se entre aquelas que vieram do interior da Bahia (12,4%). As mulheres que estavam na faixa etária de 26 a 39 anos foram também as que não possuíam nenhum nível de escolaridade (16,2%) em relação as domésticas das outras faixas etárias (tabela em anexo).

Os dados obtidos neste inquérito também apontam para uma semelhança entre a forma de trabalho (Tabela 5), o ofício e o nível de escolaridade das trabalhadoras domésticas. Encontrou-se a maior proporção de analfabetismo entre as diaristas, as lavadeiras/passadeiras e as mulheres que cuidavam de idosos (13,6%, 22,7% e 15,6%, respectivamente). A maior proporção de trabalhadoras que referiram possuir o segundo grau escolar eram as que dormiam na casa dos patrões e as que executavam todo o serviço do lar (7,1% e 10,0%, respectivamente).

Tabela 5: Nível de escolaridade das trabalhadoras domésticas segundo a forma de trabalho.  
Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

FORMA DE TRABALHO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE											
	Nenhum		1º grau		2º grau		Outro*		ñ sabe/ ñ respondeu		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Dorme casa patrões	18	10,7	127	75,6	12	7,1	4	2,4	7	4,2	168	56,0
1 casa/ dorme fora	12	11,2	84	78,5	6	5,6	3	2,7	2	1,9	107	35,7
Diarista	3	13,6	18	81,8	1	4,5	—	—	—	—	22	7,3
Outro ou não respondeu	—	—	2	0,9	—	—	—	—	—	—	2	0,7
TOTAL	33	11,0	231	77,0	19	6,3	8	2,7	9	3,0	300	100,0

\* Colégio vocacional, outro instituto superior, instrução técnica.

A maioria das domésticas que referiram ter facilidade para leitura estavam na faixa etária de 18 a 39 anos (79,6%). Nesse mesmo grupo etário encontrou-se 60,3% das trabalhadoras que disseram ler com dificuldade. A maior parte das mulheres que referiram não saber ler (35,7%) eram menores de 18 anos (Tabela 6).

Tabela 6: Forma de trabalho das domésticas segundo a sua faixa etária atual. Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

SABER LER	FAIXA ETÁRIA (anos)											
	< 18		18 – 25		26 - 39		40 - 62		Não resp.		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Facilmente	17	9,9	75	43,9	61	35,7	15	8,8	3	1,8	171	57,0
C/ dificuldade	12	11,3	33	31,1	31	29,2	28	26,4	2	1,9	106	35,3
Não sabe ler	5	35,7	1	7,1	4	28,6	3	21,4	1	28,6	14	4,7
Não resp.	1	12,5	2	25,0	2	25,0	4	37,5	—	—	9	3,0
TOTAL	35	11,7	111	37,0	98	32,7	50	16,7	6	2,0	300	100,0

Das trabalhadoras domésticas que nasceram em Salvador, 57,5% não dormiam na casa do patrões. No entanto 62,4% das que vieram de outras cidades dormem na casa dos patrões. Isso demonstra que muitas trabalhadoras saíam de seus lares no interior para virem trabalhar como doméstica em Salvador, na busca de uma vida melhor inserindo-se no mercado de trabalho através deste emprego (Tabela 7).

Tabela 7: Local de origem das trabalhadoras domésticas segundo a forma de trabalho. Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

ORIGEM	FORMA DE TRABALHO									
	Dorme casa patrões		Uma casa/dorme fora		Diarista		Outro ou não resp.		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Salvador	35	40,2	44	50,6	6	6,9	2	2,3	87	29,0
Outras cidades	131	62,4	62	29,5	16	7,6	1	0,5	210	70,0
Não respondeu	2	75,0	1	50,0	—	—	—	—	3	1,0
TOTAL	168	56,0	107	35,7	22	7,3	3	1,0	300	100,0

Houve um grande número de recusas à informação do lugar onde as trabalhadoras domésticas moravam (56,3%). A maior referência feita foi de residirem em uma casa (37,7%). As mulheres que trabalhavam em apenas uma casa mas dormiam em seus domicílios moravam principalmente com seus filhos (43,3%) e seus maridos (16,0%). As diaristas que referiram com quem dividiam seus lares também relataram morar principalmente com os filhos (13,0%), (tabela em anexo).

A maioria das trabalhadoras domésticas que dormiam na casa dos patrões não tinham filhos (72,0%) e, entre as diaristas, encontrou-se a maior frequência de mães (81,8%) (Tabela 8).

Como era de se esperar, as casadas/conviventes e as viúvas formaram a maior parte de mães 67,9% e 66,7%, respectivamente.

Tabela 8: Ter filhos segundo a forma de trabalho das trabalhadoras domésticas. Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

	TER FILHOS							
	Sim		Não		Não respondeu		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Dorme casa patrões	31	18,5	121	72,0	16	9,5	168	56,0
1 casa/dorme fora	65	60,7	40	37,4	2	1,9	107	35,7
Diarista	18	81,8	4	18,2	—	—	22	7,3
Outro/ não respondeu	2	75,0	—	—	1	25,0	3	1,0
TOTAL	116	38,7	165	55,0	19	6,3	300	100,0

Tabela 9: Ter filhos segundo o estado civil das trabalhadoras domésticas. Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

ESTADO CIVIL	TER FILHOS							
	Sim		Não		Não respondeu		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Solteira	69	32,1	131	60,9	15	7,0	215	71,7
Separada	5	55,6	4	44,4	—	—	9	3,0
Casada/convivente	36	67,9	17	32,1	—	—	53	17,7
Viúva	6	66,7	3	33,3	—	—	9	3,0
Não respondeu	—	—	10	6,0	4	21,0	14	4,6
TOTAL	116	38,7	165	55,0	19	6,3	300	100,0

Cerca de 45% das trabalhadoras domésticas foram omissas ao serem perguntadas quanto à(s) pessoa(s) que tomava(m) as decisões mais importantes em suas vidas. Entre as respondentes, a maior parte referiu tomá-las sozinha (17,3%). Esta realidade foi mais representativa entre as mulheres com mais de 25 anos (23,0%). As mais jovens, assim como as solteiras, normalmente consultavam seus pais nesses momentos (34,2% das menores de 18 anos, 40,0% entre as de 18 a 25 anos e 24,7% das solteiras). As trabalhadoras com idade entre 26 e 39 anos apresentaram a maior proporção de mulheres que consultavam seus maridos nos momentos de decisões importantes (14,1%). As domésticas casadas/conviventes, inclusive, dividiam mais suas decisões com seus maridos (26,4%) do que as tomavam sozinhas (20,8%). Entre as viúvas, observou-se a maior frequência de mulheres que decidiam as suas vidas sem consultar outras pessoas (44,4%) e, entre as separadas, a maior proporção de trabalhadoras que consultavam seus filhos (11,1%) em comparação às de outro estado civil (anexo).

Em relação à decisão de ser mãe, 62,0% das trabalhadoras domésticas afirmaram resolver sozinhas. Até mesmo entre as casadas/conviventes esta proporção foi alta (41,5%); apenas 7,7% destas referiram consultar seus maridos para decidir ter filhos. 88,3% resolviam onde trabalhar sem consultar outras pessoas. Apesar de 77,4% das casadas/conviventes resolverem sozinhas esta questão, foi a menor proporção encontrada em relação ao estado civil. Parece que os maridos influenciavam suas esposas mais neste aspecto do que quando elas decidem ser mães, pois aqui elas ouviam mais seus companheiros (5,7%); 81,3% eram também independentes ao escolher em quem votar. A maior frequência de domésticas que solicitava auxílio ocorreu entre as casadas/conviventes que pediam opinião a seus maridos (20,5%). 89,7% das trabalhadoras decidiam sozinhas a forma de gastar seus salários, não havendo diferenças entre as situações conjugais (anexo).

Os principais gastos que as trabalhadoras domésticas referiram ter foi em roupas para o seu próprio uso (27,0%), alimentação (19,0%) e artigos do lar (15,0%); ao se analisar esta variável de acordo com a faixa etária observa-se que 54,2% das meninas menores de 18 anos e 54,9% das adultas mais jovens 18 a 25 anos utilizavam seus salários principalmente para uso pessoal; 52,7% das mulheres maiores de 25 anos, 66,6% das viúvas, assim como 66,6% das separadas gastavam principalmente com comida e outros artigos para suas casas. As solteiras utilizavam o salário, principalmente, com roupas e alimentação, 46,5% e 73,6% as casadas/conviventes gastavam com comida e outros artigos para suas casas e com roupas para seus filhos (anexo).

As trabalhadoras que dormiam na casa dos patrões usavam seus salários principalmente em roupas (41,1%) e artigos de uso pessoal (14,9%). As mulheres que trabalhavam em apenas um domicílio mas dormiam em seus lares e as diaristas gastavam seu dinheiro principalmente com comida (19,3% e 21,5%, respectivamente) e artigos para suas próprias residências (27,3% e 45,5%) (anexo).

### 3. 2. A Inserção no Trabalho Doméstico

A maioria (75,4%) das trabalhadoras domésticas só haviam, até então, exercido a ocupação de doméstica (Tabela 10).

Tabela 10: Tipo de trabalho desenvolvido segundo a faixa etária das trabalhadoras domésticas. Salvador, Bahia, Brasil. 1997.

FORMA DE TRABALHO	IDADE QUE COMEÇOU A TRABALHAR (em anos)									
	4 - 11		12 - 15		16 - 18		19 - 49		TOTAL*	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Dorme casa patrões	16	9,5	81	48,2	41	24,4	30	17,9	168	57,1
Uma casa/dorme fora	19	18,3	33	31,7	35	33,7	17	16,3	104	35,4
Diarista	2	9,1	13	59,1	5	22,7	2	9,1	22	7,5
TOTAL	37	12,6	127	43,2	81	27,5	49	16,7	294	100,0

\* 6 Trabalhadores não responderam a esta questão.

Estas mulheres, em sua maioria (71,0%), começaram a trabalhar com remuneração com menos de 19 anos (43,6% entre 12 e 15 anos e 27,4% entre 16 e 18 anos). A principal razão para isso foi auxiliar no sustento dos pais (26,6%), embora 40,9% tivessem referido razões diversificadas (não especificadas no inquérito). Sobre tal quadro, observa Ione, membro do Sindicato de Trabalhadores Domésticos da Bahia (SINDOMÉSTICO):

*Isso é a realidade, muitas começam a trabalhar com até 10 anos. Quando no interior tem uma seca, não se tem como ajudar a família e aí ela vem para poder ajudar os seus pais e irmãos que estão lá. Aqui em Salvador é a mesma coisa, os pais que moram na periferia botam as suas filhas para ajudar na renda familiar (Ione Santana).*

As trabalhadoras que dormiam na casa dos patrões e aquelas que dormiam em seus lares mas trabalhavam em apenas uma residência tinham até 18 anos quando começaram a trabalhar (73,6% e 65,4%, respectivamente); 59,1% das diaristas começaram a trabalhar com 12 a 15 anos de idade (tabela 11).

Tabela 11: Forma de trabalho das trabalhadoras domésticas segundo a idade em que começaram a trabalhar. Salvador - Bahia, Brasil - 1997.

FAIXA ETÁRIA(anos)	SEMPRE TRABALHOU COMO DOMÉSTICA							
	Sim		Não		Não respondeu		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	N	%
< 18	31	88,6	3	8,6	1	2,9	35	11,7
18 – 25	97	87,4	9	8,1	5	4,5	111	37,0
26 – 39	69	69,7	22	22,2	8	8,1	99	33,0
40 – 62	26	53,1	21	42,9	2	4,1	49	16,3
TOTAL	227	75,7	56	18,7	17	5,6	300	100,0

Para as trabalhadoras domésticas que dormem na casa dos patrões e entre as que dormem fora (37,4%) relataram iniciar as atividades remuneradas para sustentar os pais. Não houve diferença entre as razões de se começar a trabalhar e a forma de trabalho das domésticas. 30,4% das que dormiam na casa dos patrões, disseram iniciar suas atividades remuneradas para sustentar os pais e 43,5% relataram outras razões não definidas. Entre aquelas que trabalhavam em uma só casa mas voltavam às suas residências para dormir, 25,2% informaram ser o sustento dos pais e 37,4% outras razões como o principal motivo. Apenas entre as diaristas houve diferença nesse relato, onde 22,7% referiram não terem outra opção como justificativa para trabalhar embora a maior parte delas tivessem também relatado outras razões (40,9%). O sustento de filhos e/ou da família/casa não foi uma razão evidenciada pelas domésticas entrevistadas. Cerca de 50,0% das domésticas afirmaram ter algum tipo de contrato de trabalho (oral ou escrito), no entanto, 54,3% relatou não possuir o seguro social. (Tabela 19).

O tempo de experiência das trabalhadoras domésticas mostra uma mudança no perfil da sua forma de trabalho, pois na medida em que conheciam mais sua ocupação, migravam para outras maneiras de exercer suas atividades. Entre as mulheres que trabalhavam há mais de 20 anos, houve uma maior frequência de diaristas (52,3%); entre as que trabalhavam entre 6 e 20 anos, existiu uma maior proporção (58,8%) de domésticas que trabalhavam em apenas um domicílio mas voltavam às suas casas para dormir. As trabalhadoras de menos de 10 anos nesta ocupação, dormiam na casa dos patrões (75,1%) (Tabela 12). Este fato demonstrou-se bastante interessante ao levarmos em conta o salário e o número de horas semanais de trabalho entre estes modos de se ocupar. Possivelmente, a experiência profissional leva as domésticas a mudar sua maneira de exercer suas atividades para que possam obter melhores condições de trabalho nesta ocupação, pois as diaristas, por exemplo, trabalhavam menos tempo a cada semana e ganhavam mais quando comparadas às outras duas categorias.

Tabela 12: Forma de trabalho das trabalhadoras domésticas segundo ao tempo de experiência nesta ocupação. Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

FORMA DE TRABALHO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA (anos)													
	Até 5		6-10		11-15		16-20		21-30		>30		TOTAL*	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Dorme casa patrões	87	54,0	34	21,1	17	10,6	5	3,1	13	8,1	5	3,1	161	56,1
1 casa/ dorme fora	30	29,4	16	15,7	25	24,5	19	18,6	10	9,8	2	2,0	102	35,5
Diarista	2	9,5	2	9,5	3	14,3	3	14,3	7	33,3	4	19,0	21	7,3
Outro ou não respondeu	2	75,0	1	25,0	—	—	—	—	—	—	—	—	3	1,0
TOTAL	121	42,2	53	18,5	45	15,7	27	9,4	30	10,5	11	3,8	287	100,0

\* 13 trabalhadoras domésticas não responderam sobre o tempo de experiência.

As cozinheiras eram as trabalhadoras que possuíam maior tempo de experiência (21 a 30 anos - 17,3%) em relação às dos outros ofícios; 81,8% das lavadeiras/passadeiras e 68,0% das cozinheiras possuíam até 15 anos de experiência. As trabalhadoras domésticas que faziam todo o tipo de serviço do lar e as que cuidavam de crianças ou de idosos trabalhavam, em sua maioria, há cerca de 5 anos (65,8%, 50,0% e 50,0% respectivamente).

Tabela 13: Ofício das trabalhadoras domésticas segundo o tempo de experiência nesta ocupação. Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

OFÍCIO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA (anos)													
	Até 5		6-10		11-15		16-20		21-30		>30		TOTAL*	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Todo serviço	25	65,8	5	13,2	2	5,3	4	10,5	2	5,3	—	—	38	13,2
Lavar/passar	8	36,4	5	22,7	5	22,7	1	4,5	3	13,6	—	—	22	7,7
Cozinhar	22	27,2	19	23,5	14	17,3	7	8,6	14	17,3	5	6,2	81	28,2
Cuidar criança	10	50,0	6	30,0	3	15,0	—	—	1	5,0	—	—	20	7,0
Cuidar idosos	14	50,0	4	14,3	7	25,0	—	—	3	10,7	—	—	28	9,8
Outra	32	44,4	10	13,9	12	16,7	10	13,9	6	8,3	2	2,8	72	25,1
Ñ respondeu	10	38,5	4	15,4	2	7,7	5	19,2	1	3,8	4	15,4	26	9,0
TOTAL	121	42,2	53	18,5	45	15,7	27	9,4	30	10,5	11	3,8	287	100,0

\* 13 trabalhadoras domésticas não responderam sobre o tempo de experiência.

As trabalhadoras domésticas não demonstraram um número muito grande de lugares em que trabalharam, uma vez que 51,3% delas se ocuparam em até três casas. 62,7% das mulheres que dormiam na casa dos patrões e 41,3% daquelas que trabalhavam em apenas um domicílio mas que não dormiam nele haviam trabalhado em até 3 casas. 55,0% das diaristas já trabalharam entre quatro a seis casas. Os principais motivos apontados para trocar de emprego foram a baixa remuneração (15,3%), porque trabalhavam demais (9,3%), porque os patrões viajaram (9,0%) ou outras razões não especificadas (20,3%).

### 3.3. Características Atuais do Trabalho Doméstico

Observou-se um padrão similar entre a forma de trabalho e o ofício. As trabalhadoras domésticas que dormiam na casa dos patrões, as que trabalhavam em apenas um domicílio mas dormiam em seus lares e as diaristas possuíam principalmente os ofícios de cozinhar ou desenvolver outras atividades. Um dado interessante foi a ausência de lavadeiras/passadeiras que se diziam diaristas, uma vez que, normalmente, esta atividade foi característica desta forma de ocupar-se. Também não há concentração em um tipo específico de tarefa, sendo que 28,1% eram cozinheiras e 24,3% se ocupavam de outra atividade não declarada (Tabela 14).

Tabela 14: Ofícios desenvolvidos pelas trabalhadoras domésticas segundo a forma de trabalho, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

FORMA DE TRABALHO	OFÍCIO													
	Todo serviço		Lavar/ passar		Cozinhar		Cuidar crianças/ idosos		Outro		Não resp.		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Dorme casa patrões	23	13,7	13	7,7	42	25,0	35	20,8	46	27,4	9	5,4	168	55,8
1 casa/ dorme fora	16	15,1	7	6,6	37	35,0	14	13,2	24	22,6	8	7,5	106	35,5
Diarista	1	4,5	—	—	4	18,2	2	9,1	5	22,7	10	45,5	22	7,4
Outro ou ã respondeu	—	—	2	50,0	—	—	1	25,0	—	—	1	25,0	4	1,3
TOTAL	40	13,3	22	7,3	83	27,7	52	17,3	75	25,0	28	9,3	300	100,0

A maioria das trabalhadoras domésticas (78,4%) ganhava de um a dois salários mínimos, sendo que 91,1% não estava satisfeita com a sua remuneração. Apenas entre as domésticas que referiram receber mais de dois salários mínimos mensais observou-se uma maior proporção de satisfação (11,8%) quando comparadas às trabalhadoras que recebiam menos do que isso.

No grupo de meninas menores de 18 anos, 35,5% recebiam menos de um salário mínimo. Nos outros grupos de idade, cerca de 80,0% recebiam entre um e dois salários mínimos como encontrado para a média geral (Tabela 15).

Tabela 15: Salário das trabalhadoras de acordo com a faixa etária, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

FAIXA ETÁRIA(anos)	SALÁRIO							
	< 1 SM		1 a 2 SM		> 2 SM		TOTAL*	
	n	%	n	%	n	%	N	%
< 18	11	35,5	18	58,1	2	6,5	31	10,6
18 – 25	14	12,7	95	86,4	1	0,9	110	37,7
26 – 39	12	26,1	76	77,6	10	10,2	98	33,6
40 – 62	7	14,9	36	76,6	4	8,5	47	16,1
TOTAL	46	15,8	229	78,4	17	5,8	292	100,0

\* 8 trabalhadoras não responderam / SM= salário mínimo

As domésticas que trabalhavam em uma só casa, aquelas que dormiam na casa do patrões e as que voltavam aos seus lares diariamente recebiam, em sua maioria (cerca de 80,0%), de um a dois salários mínimos. Entre as diaristas, todavia, 42,1% conseguia ganhar mais de dois salários mínimos (Tabela 16).

Tabela 16: Salário de acordo com a forma de trabalhar das domésticas segundo o salário, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

Forma de trabalho	SALÁRIO TOTAL*							
	< 1		SM		1 a 2 SM		> 2 SM	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Dorme casa patrões	27	16,5	133	81,1	4	2,4	164	56,2
1 casa/dorme fora	16	15,0	86	80,4	5	4,7	107	36,6
Diarista	3	15,8	8	42,1	8	42,1	19	6,5
Não respondeu	2	100,0	—	—	—	—	2	0,7
TOTAL	46	15,8	229	78,4	17	5,8	292	100,0

\* 8 trabalhadoras não responderam sobre a forma de trabalho / SM= salário mínimo

Não foi observada uma diferença representativa entre o ofício e o salário recebido. Todas ganhavam, em sua maioria, entre um e dois salários mínimos variando de 67,6% das mulheres que desempenhavam outras atividades até 90,0% para as que ocupavam-se principalmente de lavar e passar roupas. Não houve associação entre o bairro em que as domésticas trabalhavam ou seu nível de escolaridade e o salário que elas recebiam (anexo).

A maior parte (64,5%) das entrevistadas referiram conhecer seus direitos laborais, onde o seguro social e as férias pagas foram os mais freqüentemente citados (46,7% e 40,3%, respectivamente) (Tabela 17).

Tabela 17: Distribuição das trabalhadoras domésticas quanto ao conhecimento sobre os direitos de trabalho referidos. Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

DIREITOS DE TRABALHO REFERIDOS	n=300	%
Seguro social	140	46,7
Jornada de 10 horas ou 2º convênio	2	0,7
Salário justo	71	23,7
Férias pagas	121	40,3
Descanso semanal pago	43	14,3
Horário para alimentação	3	1,0
Gratificação em feriados nacionais	2	0,7
Alimentação boa e suficiente	1	0,3
Pagamento para horas extras	1	0,3
Pagamento extra por trabalhar nos feriados	2	0,7
Descanso nos dias de feriado	4	1,3
Indenização por demissão	1	0,3
Bom trato, respeito	1	0,3
Pagamento pontual	4	1,3
Descanso noturno de 8 horas	1	0,3
Indenização por anos de serviço	4	1,3
Não sabe	6	2,0

Entre as diaristas houve uma maior referência quanto ao conhecimento dos seus direitos de trabalho (81,8%), seguido pelas que trabalhavam em uma só residência mas não dormiam nela (73,8%) e por último pelas mulheres que dormiam na casa dos patrões (57,7%). As diferenças nessas proporções podem dever-se ao tempo de experiência no trabalho, pois, como já foi visto, as diaristas eram as mais experientes e as que dormiam na casa dos patrões, aquelas com menor tempo nesta ocupação (anexo).

Observou-se que 54,5% das diaristas, 33,6% das mulheres que trabalhavam em apenas uma casa mas não dormiam nela e 19,6% das trabalhadoras que dormiam na casa dos patrões, referiram o seguro social como um direito de trabalho. O pagamento das férias foi, referida por 21,5% daquelas que trabalhavam em apenas uma casa, mas, dormiam em seus lares e por 19,0% das trabalhadoras que dormiam na casa dos patrões (anexo).

A maior parte das trabalhadoras domésticas (56,0%) tinha, no máximo, um dia de feriado anual. Entre as que dormiam na casa dos patrões e as diaristas, observou-se uma proporção semelhante (54,8% e 54,5%, respectivamente). Ao se analisar especificamente as mulheres que trabalhavam em um só domicílio mas dormiam em seus lares, verificou-se que 30,9% tinham até um dia de feriado/ano e 19,6% possuíam entre cinco e seis dias de feriado anuais. Já em relação à ocorrência de folgas, 88,7% referiram possuir dias livres no trabalho, não havendo diferenças entre as três formas de trabalho (anexo).

O 53% das trabalhadoras domésticas que dormiam na casa dos patrões e 66,4% das que trabalhavam em apenas uma casa mas dormiam em seus domicílios, recebiam salário nas

férias. Entre as diaristas, 50,0% informou não possuir este direito, fato relacionado às próprias características da sua forma de trabalho (anexo).

Grande parte das trabalhadoras (79,9%) referiu uma carga excessiva de horas de trabalho semanal, onde trabalhavam, no mínimo, 49 horas semanais. Entre as mais jovens (mulheres com até 25 anos) houve uma maior referência a mais de 60 horas/semana de trabalho (86,7% para as menores de 18 anos e 66,0% para aquelas com 18 a 25 anos). As mulheres maiores de 40 anos se ocupavam entre 49 e 60 horas semanais(30,4%) (Tabela 18).

Tabela 18: Carga horária semanal de trabalho de acordo com a faixa etária das trabalhadoras domésticas, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

Faixa etária (anos)	CARGA HORÁRIA SEMANAL TOTAL*											
	2-30 h/sem		31-48h/sem		49-60h/sem		61-80h/sem		> 80h/sem		TOTAL*	
	n	%	n	%	N	%	N	%	n	%	n	%
< 18	2	6,7	1	3,3	1	3,3	14	46,7	12	40,0	30	11,4
18 - 25	9	9,0	5	5,0	20	20,0	39	39,0	27	27,0	100	37,9
26 - 39	9	11,0	11	13,4	29	35,4	25	30,5	8	9,8	82	31,1
40 - 6	25	10,9	9	19,6	14	30,4	7	15,2	11	23,9	46	17,4
Ñ resp.	1	16,7	1	16,7	1	16,7	2	33,3	1	16,7	6	2,3
TOTAL	26	9,8	27	10,2	65	24,6	87	33,0	59	22,3	264	100,0

\* 36 trabalhadoras domésticas não responderam sobre a carga horária.

As trabalhadoras domésticas que dormiam na casa dos patrões foram as que relataram uma maior carga horária semanal de trabalho (mais de 60 horas - 79,1%). As diaristas referiram uma menor carga horária semanal de trabalho, 46,7% entre 49 e 60 horas/semana, sendo apenas elas as que possuíam um controle próprio dos seus horários para exercer suas atividades (Tabela 19).

Tabela 19: Carga horária semanal de trabalho de acordo com a forma de trabalho, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

FORMA DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA SEMANAL											
	2-30 h/sem		31-48h/sem		49-60h/sem		61-80h/sem		> 80h/sem		TOTAL*	
	n	%	n	%	N	%	N	%	N	%	n	%
Dorme casa patrões	8	5,4	5	3,4	18	12,2	59	39,9	58	39,2	148	56,1
1 casa/dorme fora	12	12,2	20	20,4	38	38,8	27	27,6	1	1,0	98	37,1
Diarista	6	40,0	2	13,3	7	46,7	—	—	—	—	15	5,7
Outro ou ã respondeu	—	—	—	—	2	75,0	—	—	1	25,0	3	1,2
TOTAL	26	9,8	27	10,2	65	24,6	87	33,0	59	22,3	264	100,0

\* 36 trabalhadoras domésticas não responderam sobre a carga horária.

As domésticas que trabalhavam mais de 60 horas semanais estiveram nos ofícios de cuidar de idosos (70,8%), de crianças (68,4%) e fazer todo o serviço doméstico (66,7%). As cozinheiras (61,1%) trabalhavam entre 49 e 80 horas/semana e as lavadeiras/passadeiras (45,5%) entre 61 e 80 horas/semana (Tabela 20).

Tabela 20: Carga horária semanal de trabalho segundo o ofício das trabalhadoras domésticas, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

OFÍCIO	CARGA HORÁRIA SEMANAL											
	2-30 h/sem		31-48h/sem		49-60h/sem		61-80h/sem		> 80h/sem		TOTAL*	
	n	%	n	%	N	%	N	%	N	%	n	%
Todo serviço	—	—	3	8,3	9	25,0	13	36,1	11	30,6	36	13,6
Lavar/passar	—	—	4	18,2	4	18,2	10	45,5	4	18,2	22	8,3
Cozinhar	7	9,1	6	7,8	26	33,8	21	27,3	17	22,1	77	29,2
Cuidar criança	1	5,3	1	5,3	4	21,1	8	42,1	5	26,3	19	7,2
Cuidar idosos	2	8,3	1	4,2	4	16,7	8	33,3	9	37,5	24	9,1
Outra	10	15,9	9	14,3	11	17,5	23	36,5	10	15,9	63	23,9
Ñ resp.	6	26,1	3	13,0	7	30,4	4	17,4	3	13,0	23	8,7
TOTAL	26	9,8	27	10,2	65	24,6	87	33,0	59	22,3	264	100,0

\* 36 trabalhadoras domésticas não responderam sobre a carga horária.

A maior parte das residências que empregam trabalhadoras domésticas tinham até quatro pessoas (79,7%), sendo essa proporção maior nas residências que empregavam as jovens de 18 a 25 anos (85,3%). As diaristas, as lavadeiras/passadeiras e as cozinheiras formaram os grupos que trabalhavam em casas com maior número de residentes (5 a 9 pessoas) 40,0%, 31,8% e 24,1%, respectivamente (anexo).

Os patrões eram principalmente empresários (6,3%), médicos/dentistas (6,0%), administradores (5,3%), advogados (4,3%), engenheiros (3,0%), professores (2,7%) e funcionários públicos (2,7%). As principais profissões das patroas eram donas de casa/aposentadas/desempregadas ou estudantes (9,7%), professoras (7,3%), médica/dentista (7,0%) e empresárias de pequeno ou grande porte (6,0%). A maioria das trabalhadoras domésticas referiram dar-se tanto com a patroa (67,0%) como com o patrões (86%) (tabela em anexo). Sobre tal fato, comenta a Presidente do SINDOMÉSTICO (Creuza Maria Oliveira):

*Elas se dão melhor com os patrões porque o homem não fica muito em casa. A administração da casa fica mais por conta da mulher e aí o patrão quando chega encontra comida pronta, roupa lavada, não fica atrás da trabalhadora implicando, dando bronca.*

*Tem também aquela coisa da questão do poder. A mulher patroa que não exerce o poder dela fora, ela exerce dentro de casa, sobre outra mulher. Aí ela persegue, ela fica atrás. O homem, normalmente, quando ele não gosta de alguma coisa ele vai e fala com a mulher, para que ela reclame com a trabalhadora.*

### 3.4. A Vida Fora do Trabalho Doméstico

Quase 90,0% das trabalhadoras domésticas informaram ter pelo menos um dia livre na semana. As meninas (menores de 18 anos) informaram que nesta oportunidade assistiam TV (11,4%) ou não faziam nada especial (20,0%) nos dias de folga. As trabalhadoras entre 18 e 25 anos iam à festas (18,9%), dormiam (11,7%), ouviam rádio (9,0%) ou não faziam nada especial (13,5%); 15,2% das mulheres entre 26 e 39 anos visitavam seus parentes/amigos, 10,1% assistiam TV, 8,1% dormiam e 7,1% iam à festas nos dias livres. As domésticas mais maduras (40 a 62 anos) visitavam parentes/amigos (28,6%), resolviam pendências de suas casas (8,2%) ou dormiam (8,2%) (tabela em anexo).

Sobre o fato de que o tipo de lazer predominante entre as trabalhadoras domésticas entrevistadas, seria visitar parentes, observa Dioneide, membro do SINDOMÉSTICO:

*Eu mesma quando morava na casa do patrão me sentia muito sozinha. Quando eu estava de folga eu me mandava, ia pra festa, ia visitar amigos, parentes. Sentimos falta do convívio familiar. A gente na casa dos patrões, não pode receber um amigo, um parente.*

A maior frequência de folgas semanais foi referida entre as diaristas (95,5%) e a menor entre aquelas que dormiam na casa dos patrões (9,5%). As domésticas que dormiam na casa dos patrões utilizavam seus dias de folga para ir à festas (13,1%), dormir (8,3%), ler jornal (7,1%) ou não fazer nada especial (13,7%). As trabalhadoras que se ocupavam em apenas um domicílio visitavam seus parentes/amigos (25,2%), iam ao cinema (12,1%), liam jornal (10,3%) ou dormiam (7,5%). As diaristas usavam seu tempo livre para visitar parentes/amigos (22,7%), fazer compras (13,6%), dormir (13,6%), resolver coisas de suas casas (9,1%) ou ler jornal (9,1%) (tabela em anexo).

Entre aquelas trabalhadoras que disseram sair à noite, 28,3% iam na companhia dos amigos, 18,7% do namorado/noivo e 17,7% sozinhas. A maioria das menores de 18 anos (54,3%) e as domésticas entre 18 e 25 anos (36,0%) saíam com seus amigos;

as trabalhadoras de 26 a 39 anos na companhia de seus namorados/noivos (21,2%) e as mulheres mais velhas (40 a 62 anos), sozinhas (36,7%) (tabela em anexo).

As domésticas que dormiam na casa dos patrões saíam mais à noite com suas amigas (37,5%), com namorado/noivo (19,6%) ou sozinhas (17,9%). As trabalhadoras de uma só residência que dormiam em suas próprias casas também referiram estas mesmas companhias mas em proporções diferentes: 20,6% saíam à noite com seus namorados/noivos, 16,8% sozinhas e 15,9% com as amigas. As diaristas referiram sair sozinhas (18,2%), com amigas (18,2%) ou com os filhos (13,6%) (tabela em anexo).

As trabalhadoras domésticas referiram encontrar seus parentes principalmente num intervalo de tempo variável (19,3%), semanalmente (18,3%), duas a três vezes ao ano (15,3%), uma vez no ano (14,7%), diariamente (12,0%) ou mensalmente (10,7%). A mãe (46,0%) e os irmãos (32,0%) eram os familiares que elas encontravam com maior frequência. O fator mais apontado como razão delas não encontrarem seus parentes foi porque eles moravam no interior da Bahia (14,0%) (tabela em anexo).

Quando tinham problemas no trabalho, as domésticas normalmente não pediam ajuda a ninguém (27,3%). Quando este auxílio era solicitado, as pessoas a que se procuravam eram a mãe (21,0%), as amigas (16,3%) ou os esposos/noivos (8,7%). As solteiras e as separadas que consultam alguma pessoa (74,9% e 77,8%, respectivamente), procuram mais suas mães (22,3% e 33,3%) ou as amigas (18,1% e 33,3%). As viúvas eram as que menos solicitavam ajuda; 66,7% resolviam seus problemas de trabalho sozinhas. 34,0% das casadas/conviventes pediam apoio aos seus maridos e 22,6% não o solicitavam.

A maioria das trabalhadoras domésticas (81,3%) tinha o hábito de ouvir rádio. A Itapoan FM (12,3%) e a 104 FM (12,0%) foram as emissoras de rádio mais referidas e os programas de música popular (samba, pagode, axé etc.) os mais ouvidos (27,0%), seguido pelos evangélicos (7,7%).

Cerca de 60,0% das trabalhadoras domésticas não estavam estudando. 52,4% daquelas que dormiam na casa dos patrões, 68,9% das que trabalhavam em apenas uma residência mas dormiam em seus lares e 77,3% das diaristas informaram não estar estudando quando foram entrevistadas. A maior frequência de mulheres que disseram estar estudando tinham entre 25 e 39 anos (82,1%). As mães foram as principais trabalhadoras que relataram não estudar (80,0%) e 31,0% das trabalhadoras que não possuíam filhos estavam na escola. Mais da metade; 54,5% das domésticas referiram que seus patrões lhes davam licença para estudar, a maioria delas tinham entre 18 e 39 anos (82,4%) (tabela em anexo).

Cerca de 80,0% das trabalhadoras domésticas não colaboravam com alguma instituição pública. Dentre aquelas que colaboravam, 72,0% contribuíam com igrejas, não havendo diferença entre a forma de trabalho. 69,7% não conheciam alguma instituição de sua classe ocupacional (tabela em anexo).

A maioria das entrevistadas, em particular entre as jovens, respondeu que teria um namorado, tema refletido por líderes do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas da Bahia (SINDOMÉSTICO), como segue:

*Se existe a barreira do estudo, para namorar é pior ainda. Normalmente os companheiros são associados a marginais. Se eu não tivesse consciência da minha cidadania eu não estaria hoje com o meu marido, que é tudo para mim, um companheiro, um amigo, um esposo e um irmão (Ione).*

*Nós temos dificuldade como trabalhadoras domésticas de ter um namorado, mas não é tão difícil quanto ter a carteira assinada, por exemplo. Os patrões costumam colocar dificuldades, não querem passar as ligações telefônicas. Para se casar é uma barreira muito grande. Se é um “negão” dizem que é marginal, que é macumbeiro (Maria do Carmo).*

*O número alto é positivo em um aspecto, está mostrando que a trabalhadora está envolvida com a sociedade, que está saindo mais de casa... Porém, muitas vezes isso pode ser uma fuga e elas acabam caindo em outro tipo de escravidão, com companheiros que impedem elas até de estudarem (Marinalva).*

*Eu acho positivo pois a trabalhadora assim, mostra que de certa forma está vivendo a sua sexualidade (Creuza Maria de Oliveira).*

### **3.5. As Trabalhadoras Domésticas e a Percepção sobre sua Saúde**

Poucas trabalhadoras domésticas (2,3%) referiram não gozar de bom estado de saúde e 30,0% disseram terem-no regular, independentemente de sua forma de trabalho ou faixa etária. As principais queixas foram referentes a dores nas costas, lombares ou musculares (4,3%), problemas circulatórios, hipertensão, arteriosclerose (4,0%) e dores de cabeça (3,7%). As meninas menores de 18 anos foram as que menos apresentaram queixas (77,1%). Quase não foram observadas diferenças representativas entre as faixas etárias e as queixas das trabalhadoras domésticas. Apenas as mais velhas (40 a 62 anos) relataram em maior proporção, apresentar problemas circulatórios, hipertensão ou arteriosclerose (10,2%) em relação às de outras faixas etárias (tabela em anexo).

Apenas 49,4% das domésticas relataram saber o que era assédio sexual, 16,3% disseram já tê-lo sofrido. Os principais homens que molestaram as trabalhadoras foram desconhecidos (56,0%) ou pessoas da família/amigos do patrões (28,0%). A maior parte delas (79,7%) tinham até 25 anos quando foram assediadas. Dentre as reações ao assédio, 28,6% afirmaram repelir o agressor, 17,8% ficaram aborrecidas, 12,5% enfrentaram o agressor e 10,7% agiram com indiferença frente ao homem que a molestou. A maioria delas falaram com amigos (38,0%) ou não conversaram com ninguém (26,0%) sobre o assédio. Em 42,8% dos casos não houve consequência após o assédio. 12,5% das trabalhadoras molestadas disseram ter renunciado ao emprego e 10,7% ter engravidado (tabela em anexo).

Considerando que 62,0% das entrevistadas informaram nunca ter sofrido abuso sexual enquanto apenas 16,3% referiu que sim, comentam as líderes do Sindicato:

*Eu acho que a maioria negou, tem vergonha de falar, prefere negar (Creuza Maria de Oliveira).*

*Algumas delas não sabiam o que é assédio sexual. O que parecia é que o que elas viviam não era assédio sexual (Ione Santana). (Denita Santos Maria do Carmo de Jesus)*

### 3.6. O Que Desejam e o que Esperam do Futuro

Cerca de 62,0% das trabalhadoras domésticas disseram não gostar da ocupação que exercem, ou seja, que não gostariam de ser trabalhadora doméstica. Esta informação foi mais freqüente entre as mulheres de 18 a 25 anos (76,6%) e as que dormiam na casa dos patrões (65,5%). As maiores de 39 anos (38,8%) e as diaristas (45,5%) foram os grupos que apresentaram uma maior proporção de referências sobre gostar de sua atividade (Tabelas 21 e 22), estes dados devem estar relacionados pois muitas diaristas eram mais velhas e, como já foi demonstrado, recebiam melhores salários, não possuíam horários rígidos, eram as responsáveis por sua carga horária de trabalho e seu tempo livre e, portanto, tinham maior liberdade no emprego, o que deveria lhes oferecer uma maior satisfação. Em relação aos ofícios desenvolvidos pelas domésticas, observou-se que 80,0% das mulheres que desempenhavam todo o serviço e 70,0% das babás formaram os grupos de trabalhadoras com uma maior proporção de insatisfação com este emprego. Uma média de 57,5% das domésticas que trabalhavam nas outras atividades referiram não gostar de sua ocupação (Tabela 23).

Tabela 21: Gostar de ser trabalhadora doméstica segundo a faixa etária, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

Faixa etária(anos)	GOSTA DE SER TRABALHADORA DOMÉSTICA - Faixa Etária									
	Sim		Não		pouco		ñ sabe/ñ respondeu		TOTAL	
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
< 18	11	31,4	17	48,6	3	8,6	4	11,4	35	11,7
18 – 25	17	15,3	85	76,6	5	4,5	4	3,6	111	37,0
26 – 39	33	33,3	54	54,5	7	7,1	5	5,0	99	33,0
40 – 62	19	38,8	26	53,1	3	6,1	1	2,0	49	16,3
Não respondeu	—	—	4	66,7	1	16,7	1	16,7	6	2,0
TOTAL	80	26,7	186	62,0	19	6,3	15	5,0	300	100,0

Tabela 22: Gostar de ser trabalhadora doméstica segundo a forma de trabalho, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

Forma de trabalho	GOSTA DE SER TRABALHADORA DOMÉSTICA - Forma de Trabalho									
	Sim		Não		pouco		ñ sabe/ ñ resp.		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Dorme casa patrões	38	22,6	110	65,5	10	6,0	10	6,0	168	56,0
1 casa/dorme fora	30	28,0	66	61,7	8	7,5	3	2,8	107	35,7
Diarista	10	45,5	9	40,9	1	4,5	2	9,1	22	7,3
Outro ou não respondeu	2	75,0	1	25,0	—	—	—	—	3	1,0
TOTAL	80	26,6	186	62,0	19	6,4	15	5,0	300	100,0

Tabela 23: Gostar de ser trabalhadora doméstica segundo o ofício, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

OFÍCIO	GOSTA DE SER TRABALHADORA DOMÉSTICA - Ofício									
	Sim		Não		pouco		ñ sabe/ ñ resp.		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Todo serviço	2	5,0	32	80,0	5	12,5	1	2,5	40	13,3
Lavar/passar	7	31,8	13	59,1	—	—	2	9,1	22	7,3
Cozinhar	24	28,9	49	59,0	8	9,6	2	2,4	83	27,7
Cuidar criança (babá)	4	20,0	14	70,0	2	10,0	—	—	20	6,7
Cuidar de idosos	7	21,9	18	56,3	1	3,1	6	18,7	32	10,7
Outra	28	37,3	42	56,0	2	2,7	3	4,0	75	25,0
Não respondeu	8	28,6	18	64,3	1	3,6	1	3,6	28	9,3
TOTAL	80	26,3	186	62,0	19	6,4	15	5,0	300	100,0

Líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos da Bahia (SINDOMÉSTICO), assim refletiram sobre os dados antes apresentados, como o fato de que predominaria a insatisfação por ser trabalhadora doméstica, entre as entrevistadas:

*Diante das condições a gente não gosta, por que a gente não tem o tempo de serviço, a gente não tem o que as outras categorias têm. Gosto de fazer o que faço. Quanto ao resultado é por haver uma diferença das outras categorias. O salário, os patrões não querem pagar mais e as vezes nem mesmo o salário mínimo, os patrões não dão valor (Denita Souza).*

*Gosto da profissão mas não gosto da exploração, dos maus tratos da própria sociedade não valorizar. Somos até bem atendidos nas casas, bem respeitados, mas tem toda uma situação como dificuldade na portaria dos prédios, elevador de serviço, temos de entrar pela garagem. Isso tira a auto-estima da gente. Gosto de cozinhar tomar conta de crianças de arrumar só não gosto da exploração que é um salário baixo, tem muitas pessoas que não olham a gente como profissional, olha como se fosse um objeto. O resultado de que muitas trabalhadoras não gostam da profissão é porque não são valorizadas no local de trabalho e na sociedade (Maria do Carmo de Jesus Santos).*

*Não é fácil dizer que gosta ou que não gosta. Você não consegue distinguir o que é escravidão, o que é solidão, o que é discriminação e aí realmente ela fica sem saber se ela quer ir para outra profissão. Não luta pra poder mudar. Se ela tivesse essa consciência... há quinze anos atrás, não sabia que existia um sindicato, que existiam pessoas que lutassem pelo nosso bem. Eu comecei a gostar de ser trabalhadora doméstica a partir de 16 anos, quando conheci o sindicato comecei a me enxergar como pessoa, como cidadã. As que não gostam provavelmente não conhecem o sindicato. (Ione Santana)*

*Comecei a trabalhar com 10 anos de idade e ninguém me perguntou se queria ser doméstica. Elas não tiveram opção, são jogadas naquela opção. Na pesquisa a gente vê que a maioria queria ser outras coisas, tenho certeza que se elas tivessem oportunidade elas gostariam de exercer outra profissão. Eu gostava de fazer o meu trabalho, gostava de tomar conta de crianças, fazia meu trabalho contente com meu radinho de pilha ligado, nunca fui de pirraça, agora, eu não aguentava eram as condições de violência e de desrespeito que eu enfrentava no local de trabalho. Se eu tiver que voltar para base de novo, volto tranquila com a minha consciência hoje, de exigir os meus direitos. Algumas pessoas já me ofereceram emprego em outras áreas e eu disse que eu queria continuar trabalhando como doméstica, pois assim eu poderia estar lutando para mudar as condições de trabalho. A maioria*

*das companheiras não tiveram oportunidade de optar. A maioria não acredita que elas tem condições de sair deste trabalho. A filha ela quer que exerça outra ocupação. Mas ela continua nele pois acha que não tem mais jeito (Creuza Maria Oliveira).*

*O patrão as vezes não respeita o nosso trabalho. (Francisca Gonçalves)*

Cerca de 90,0% das trabalhadoras domésticas entrevistadas não estavam satisfeitas com seus salários, consideravam que ganhavam menos do que mereciam. Esta insatisfação não foi modificada pela forma de trabalho nem pelo ofício. Houve apenas uma leve diferença entre as diaristas, onde houve uma maior proporção de trabalhadoras satisfeitas com seu salário (13,6%) em relação às domésticas com outra forma de trabalho. Uma outra comprovação da insatisfação das trabalhadoras domésticas foi que a maior parte delas (79,3%) não gostaria que a filha seguisse a mesma carreira (tabela em anexo), o que é assim interpretado por membro do SINDOMÉSTICO:

*Eu não gostaria que minha filha fosse trabalhadora doméstica por causa da exploração, a falta de respeito. Eu faço o meu trabalho com amor, mas, as pessoas não valorizam. Tenho uma sobrinha, eu incentivo a ela para que estude, para ter um emprego melhor, mas não de doméstica (Elizete Menezes).*

Os principais fatores apontados pelas trabalhadoras domésticas como ruins na sua profissão foram o baixo salário (15,0%), sentir-se escrava (11,3%), que a façam se sentir inferior (10,0%) e maltrato (9,7%) (Tabela 24), se distribuindo de maneira semelhante entre os diversos tipos de ofício que elas desempenhavam. As meninas menores de 18 anos relataram, além desses fatores, a solidão e o excesso de trabalho, todos na mesma proporção (8,6%). As mulheres que dormiam na casa dos patrões e as de 18 a 25 anos queixaram-se do salário baixo (16,1% e 18,9%, respectivamente), que a façam sentir-se inferior (13,7% e 13,5%) e de sentir-se escrava (12,5% e 18,0%). As trabalhadoras que se ocupavam em uma só residência mas dormiam em seus lares referiram maus tratos, baixo salário (13,1%, em cada), sentir-se escrava (12,1%) ou outro fator (15,0%) como características que menos gostavam no trabalho. As diaristas relataram os baixos salários (13,6%), solidão (9,1%) ou outros motivos (27,3%). As maiores de 39 anos fizeram mais queixas ao baixo salário (20,4%), a outros fatores (18,4%) e aos maltratos sofridos (12,2%) (tabela em anexo).

Tabela 24: Distribuição das trabalhadoras domésticas quanto ao que menos gosta na sua ocupação, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

O QUE MENOS GOSTA NA SUA OCUPAÇÃO	
Salário baixo	45
Sentir-se escrava	34
Que a façam se sentir inferior	30
Maltrato	29
Solidão	19
Excesso de trabalho	10
Horário de trabalho	4
Passar roupa	2
Lavar roupas	2
Desigualdade de direitos entre ela e trabalhadoras com outras ocupações	2
Presenciar brigas, discussões dos patrões	1
Outra coisa	37
Não sabe	19
Não respondeu	66
TOTAL	300

Apesar da insatisfação no trabalho referida pela maioria das trabalhadoras domésticas, 40,6% relataram não saber ao certo o tempo que ainda iriam continuar nesta atividade; 26,7% responderam que permaneceriam pouco tempo neste serviço. As mulheres menores de 18 anos e as que estavam na faixa etária de 18 a 25 anos, representaram os maiores grupos de domésticas que não sabiam quanto tempo ainda iriam permanecer nesta ocupação (62,5% e 50,9%, respectivamente). As mulheres mais maduras (40 a 62 anos) referiram principalmente que pretendiam continuar por pouco tempo neste serviço (42,2%) (Tabela 25). Quando se observa a permanência no serviço doméstico de acordo com o ofício, nota-se que para as trabalhadoras que dormiam no emprego a indefinição foi mais prevalente (49,7%) (Tabela 26). As proporções encontradas para as referências das diaristas mostraram uma resposta mais diversificada para o tempo em que pensavam ficar como trabalhadoras domésticas. (Tabelas 26).

Tabela 25: Tempo em que as trabalhadoras domésticas acham que ficarão neste emprego segundo a faixa etária, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

Faixa etária (anos)	TEMPO PARA CONTINUAR COMO TRABALHADORA DOMÉSTICA													
	Muito		Pouco		Sempre		Até casar		Até achar outro trab.		Não sabe		TOTAL*	
	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%
< 18	4	12,5	2	6,2	3	9,4	1	3,2	2	6,2	20	62,5	32	11,4
18 – 25	8	7,6	26	24,5	2	1,9	2	1,9	14	13,2	54	50,9	106	37,7
26 – 39	18	19,4	27	29,0	6	6,5	—	—	12	12,9	30	32,2	93	33,1
40 – 62	11	24,4	19	42,2	4	9,0	1	2,2	1	2,2	9	20,0	45	16,0
Não resp.	1	20,0	1	20,0	—	—	—	—	2	40,0	1	20,0	5	1,8
TOTAL	42	15,0	75	26,7	15	5,3	4	1,4	31	11,0	114	40,6	281	100,0

\* 19 trabalhadoras domésticas não responderam quanto tempo ainda acham que ficarão nesta ocupação.

Tabela 26: Tempo em que as trabalhadoras domésticas acham que ficarão neste emprego segundo a forma de trabalho, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

Forma de trabalho	TEMPO PARA CONTINUAR COMO TRABALHADORA DOMÉSTICA													
	Muito		Pouco		Sempre		Até casar		Até achar outro trab.		Não sabe		TOTAL*	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Dorme casa patrões	14	8,9	40	25,5	7	4,5	3	1,9	15	9,5	78	49,7	157	55,9
1 casa/ dorme fora	24	23,8	28	27,7	5	4,9	—	—	14	13,9	30	29,7	101	35,9
Diarista	3	15,0	6	30,0	3	15,0	1	5,0	2	10,0	5	25,0	20	7,1
Outro ou não respondeu	1	33,3	1	33,3	—	—	—	—	—	—	1	33,3	3	1,1
TOTAL	42	14,9	75	26,7	15	5,3	4	1,5	31	11,0	114	40,6	281	100,0

\* 19 trabalhadoras domésticas não responderam quanto tempo ainda acham que ficarão nesta ocupação.

Ao analisar o tempo de permanência na função de acordo com o tipo de ofício verifica-se que o maior percentual de indefinição era referente às mulheres que faziam todo o serviço da casa (52,5%) 40,9% das lavadeiras/passadeiras acreditavam ser por pouco tempo, mas 22,7% delas achavam que ainda permaneceriam muito tempo nesta ocupação (Tabela 27).

Tabela 27: Tempo em que as trabalhadoras domésticas acham que ficarão neste emprego segundo o ofício, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

Ofício	TEMPO PARA CONTINUAR COMO TRABALHADORA DOMÉSTICA													
	Muito		Pouco		Sempre		Até casar		Até achar outro trab.		Não sabe		TOTAL*	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Todo serv.	8	20,0	7	17,5	—	—	—	—	2	5,0	21	52,5	38	13,5
Lavar/Passar	5	22,7	9	40,9	2	9,1	—	—	1	4,5	4	18,2	21	7,5
Cozinhar	12	14,5	23	27,7	3	3,6	3	3,6	12	14,5	24	28,9	77	27,4
C. crianças	2	10,0	4	20,0	1	5,0	—	—	3	15,0	10	50,0	20	7,1
C. idosos	4	12,5	7	21,9	1	3,1	—	—	2	6,3	12	37,5	26	9,3
Outra	6	8,0	19	25,3	6	8,0	—	—	8	10,7	33	44,0	72	25,6
Não resp.	5	19,2	6	23,1	2	7,7	1	3,8	3	11,5	10	38,5	27	9,6
TOTAL	42	14,9	75	26,7	15	5,3	4	1,5	31	11,0	114	40,6	281	100,0

\* 19 trabalhadoras domésticas não responderam quanto tempo ainda acham que ficarão nesta ocupação.

Apenas 0,7% das trabalhadoras domésticas disseram não querer ser mães e 94,5% gostariam de ter até três filhos. As domésticas mais maduras (40 a 62 anos) e as diaristas foram a maior proporção de mulheres que desejavam ter mais de três filhos (18,4% e 11,8%, respectivamente). Cerca de 79,0% referiram saber evitar uma gravidez e 49,0% usavam pílulas como método contraceptivo (tabela em anexo). Tais indicadores são assim qualificados por membro do Sindoméstico:

*A gente sente que a população está tendo mais acesso a métodos de controle de natalidade, como a pílula... Porém as vezes as trabalhadoras domésticas conhecem e não têm condições de comprar (Ione Santana).*

Voltar à terra natal foi um desejo da maioria das trabalhadoras de 40 a 62 anos (63,3%), seguido pelas de 26 a 39 anos (45,5%). As mais jovens preferiam continuar residindo em Salvador (41,8% contra 29,5% nas trabalhadoras de 18 a 25 anos e 37,1% contra 25,7% nas menores de 18 anos) (tabela em anexo).

Dentre as profissões que as trabalhadoras domésticas gostariam de ter, destacaram-se: arquiteta (13,7%), médica (10,0%), cozinheira/chefe de cozinha (10,0%), especialista em computação (7,7%), enfermeira/laboratorista/técnica dental (7,3%), advogada (5,7%) e educadora (5,7%). As domésticas que faziam todo o serviço gostariam de ser principalmente arquitetas (17,5%), educadoras (12,5%) ou advogadas (15,0%). As lavadeiras/passadeiras desejavam ser médicas (18,2%), enfermeiras (9,1%) ou cozinheiras (9,1%); 19,3% das cozinheiras gostariam de ser chefes de cozinha e 9,6% arquitetas. As babás referiram desejar ser arquitetas (20,0%), especialistas em computação (15,0%), médicas (10,0%) ou educadoras (10,0%). As trabalhadoras que cuidavam de idosos como ofício principal desejavam ser arquitetas (18,8%), médicas (15,6%) ou especialistas em computação (12,5%) (tabela em anexo).

## 4. OBSERVAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se com este estudo apresentar perfil da diversidade de situações, considerando testemunhos, por registros em números, de trabalhadoras domésticas na cidade de Salvador. Não se procede a um quadro síntese, considerando a diversidade de situações, mas esmiuçar condições de vida e representações, ressaltando-se porém a propriedade das reflexões iniciais, em particular a síntese que procede Creuza Maria Oliveira em seu discurso na África do Sul sobre a alquimia de gênero, raça e classe (Castro 1992) no caso das trabalhadoras domésticas, como o entrelaçamento de relações sociais de tipo servis com a exploração de mão de obra, típica do capitalismo, mas que guarda singularidades no caso das trabalhadoras domésticas. Ressalta-se também a visão crítica das trabalhadoras domésticas, ao tempo que se alerta para resistências cotidianas, ainda que muito há a fazer no plano de tais insatisfações tomarem formato de resistência e luta política por outras formas de relações sociais.

O que foi observado neste estudo ajuda a entender o perfil das trabalhadoras domésticas em Salvador-BA, na medida em que verifica-se duas dimensões de análise, a primeira situada no plano de condições objetivas de trabalho como delineou-se nos resultados sobre a excessiva carga horária de trabalho referida pela maioria, a baixa remuneração, o tempo escasso para descanso, e a pouca regulamentação da função. Além disso, no plano simbólico observou-se que não existe muita satisfação em exercer esta ocupação, o que podemos atribuir possivelmente à exploração, à associação do trabalho com uma atividade de escravos, com uma atividade servil.

Considera-se que as informações contidas no presente estudo permitirão a apropriação desta realidade pela categoria de trabalhadoras domésticas, favorecendo o planejamento de ações específicas ligadas a conscientização, a melhoria das condições de trabalho e a tentativa de ampliação de direitos trabalhistas.

Muitas das informações apresentadas neste estudo, são bem visualizadas em um elenco de gráficos que se fazem parte de capítulo que segue; o de Referências. Pretende-se que tais gráficos sejam usados para exposições em cursos, palestras e atividade outras desenvolvidas pelo Sindoméstico e por CONLACTRAHO.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, M. A. S., 2000. Raça e gênero no mercado de trabalho. In.: *Trabalho e Gênero – Mudanças permanência e desafios* (M.I.B. da Rocha, org.). pp.295-307, Campinas, Editora 34, ABEP NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, São Paulo.

BORBOREMA, Ana Amélia de., 2000. A condição escrava no trabalho doméstico e sua superação. *A Província da Bahia*. Salvador, 5 jul., pp.8 - 10.

BRASIL 2000. Decreto N 3 361 de 10 de fevereiro de 2000 que regulamenta dispositivos da Lei N 5 859 de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facilitar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e ao Programa do Seguro Desemprego. –[http\www.mtb.gov.br/gm/domestic.htm](http://www.mtb.gov.br/gm/domestic.htm). Data de acesso 08.02.2000.

CARDOSO SALES, Eliane, 2001. Trabalhadoras Domésticas e Sintomas de Depressão e Ansiedade, *Dissertação de Mestrado Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia*, Salvador.

CARVALHO, Lenira, 2000. *A Luta que me fez crescer*, DED, Recife.

CASTRO, M.G. 1992 «Alquimia das Categorias Sociais na produção de Sujeitos políticos: raça, Gênero e geração entre Líderes do serviço doméstico»—In *Revista Estudos Feministas* n 0,-p57-73.

CASTRO, M. G. 1989 Empregadas Domésticas – A Busca de uma Identidade de Classe. *Cadernos do CEAS*, 123: 49-58.

CHANEY, E. & M. CASTRO, M. G., 1993. *Muchacha / cachifa / criada / empleada / empregadinha / sirvienta y...más nada.Trabajadoras domesticas en América Latina e el Caribe. Versão em castellano de Consuelo Guayra Sanchez*. Venezuela. Ed. Nueva Sociedad.

GONÇALVES, E. & GONÇALVES, E. C.G., 1996. *Direitos Sociais dos Empregados Domésticos na Nova Constituição*. São Paulo, 4ª ed., LTR 230 p.

GROSCH, J. W. & MURPHY, L. R., 1988. Occupational differences in depression and global health: Results from a National Sample of US Workers. *Journal of Occupational Environmental Medicine*, 40 (2):153-164.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2000. *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios, PNAD. Síntese de Indicadores, 1999*. Rio de Janeiro: Departamento de Emprego e Rendimento, IBGE.

MIROWSKY J. & ROSS C.E., 1989. *Social causes of psychological distress*. New York: Aldine de Gruyter.

MOTTA, A. B. da., 1977. *Visão de Mundo da Empregada Doméstica: Um estudo de caso*. Salvador, 1977. Dissertação de Mestrado, Salvador: Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, C. M., 2001. Comunicação. Durban - África do Sul, 3 set., 2001. Testemunho da Presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia, Sindoméstico, na Conferência Mundial Contra o Racismo. Fórum especial - Vozes das vítimas dos crimes do racismo.

PREUSS, M. R., G. 2000. A dinâmica simbólica do emprego doméstico— Uma abordagem biográfica. *Sexualidade - gênero e sociedade*, 12/13:10-15.

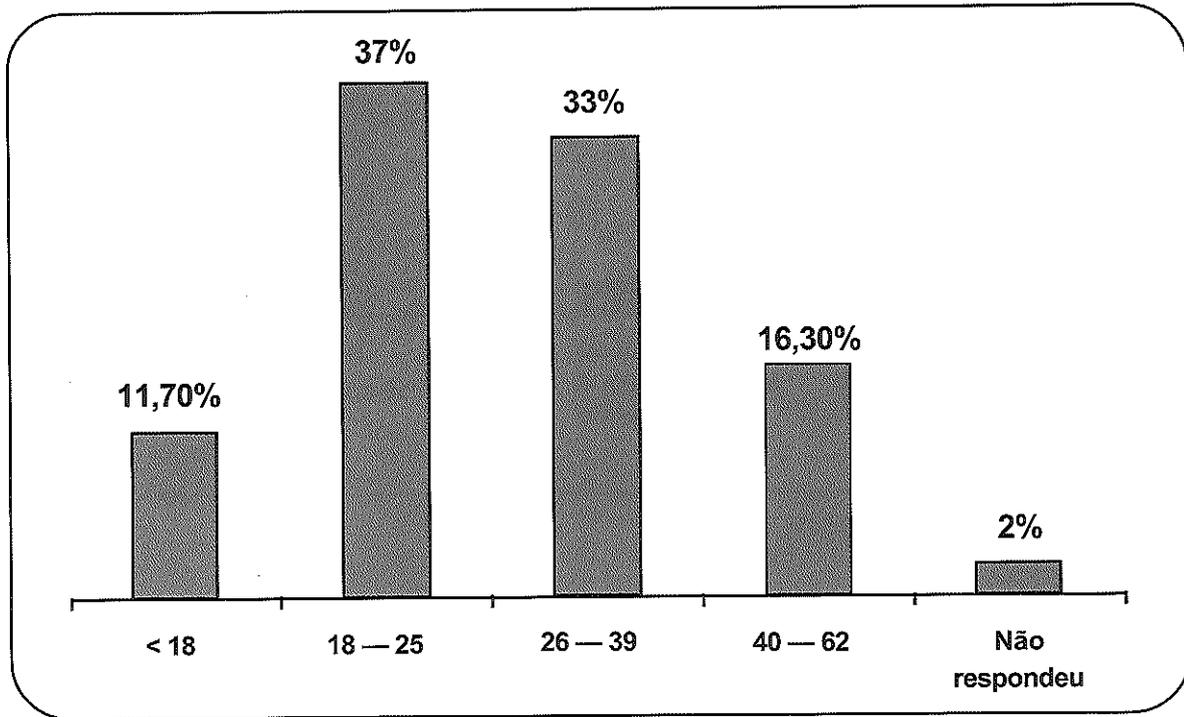
RADLOFF, L.S. 1985. Risk Factors for Depression. What Do We Learn From Them? In: *Essential Papers on Depression* (COYNE, J. C., ed.), pp. 403-420, New York: New York Press.

SAFFIOTI, H. I. B., 1978. *Emprego doméstico e capitalismo*. pp. 43-96; 183-197. Petrópolis, Editora:Vozes.

SANTANA, V. S. & ALMEIDA FILHO, N. de., 1993. O emprego doméstico e o sofrimento mental. *Saúde Mental em Revista*, s.n.: 9-28.

# 6. GRÁFICOS

Figura 1: Distribuição das trabalhadoras domésticas quanto à idade atual. Bahia, Brasil, 1997.



Fonte: Sindoméstico, 1997.

Figura 2: Distribuição das trabalhadoras de acordo com a idade de ingresso no emprego doméstico. Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

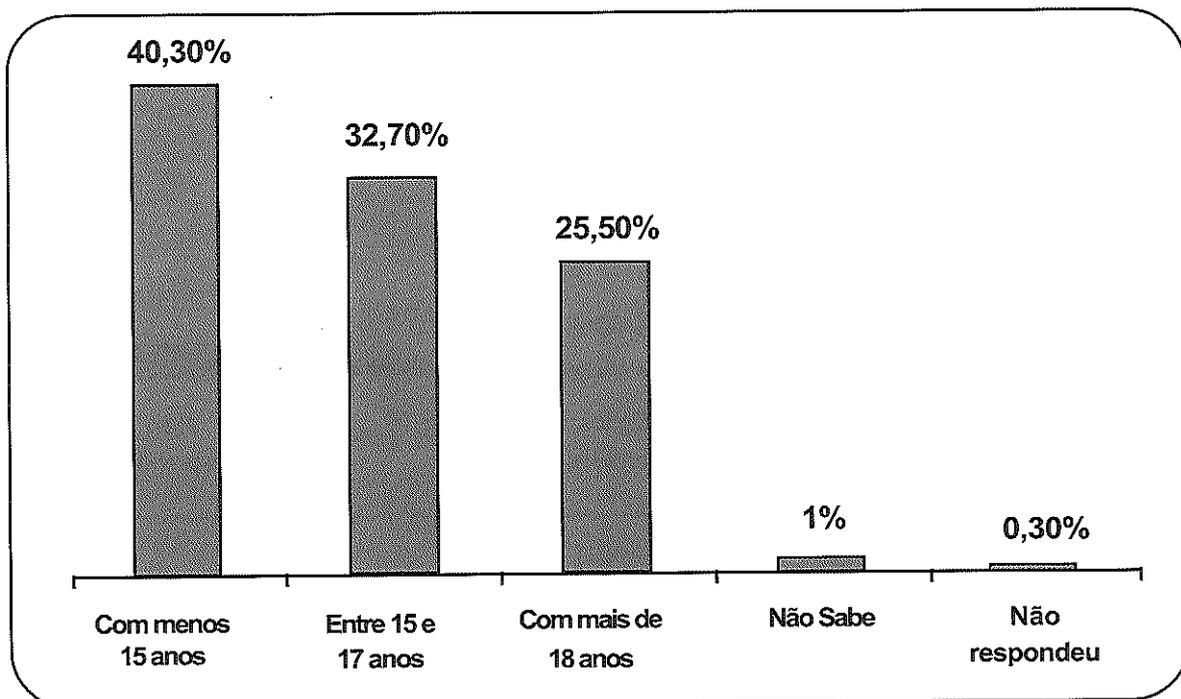
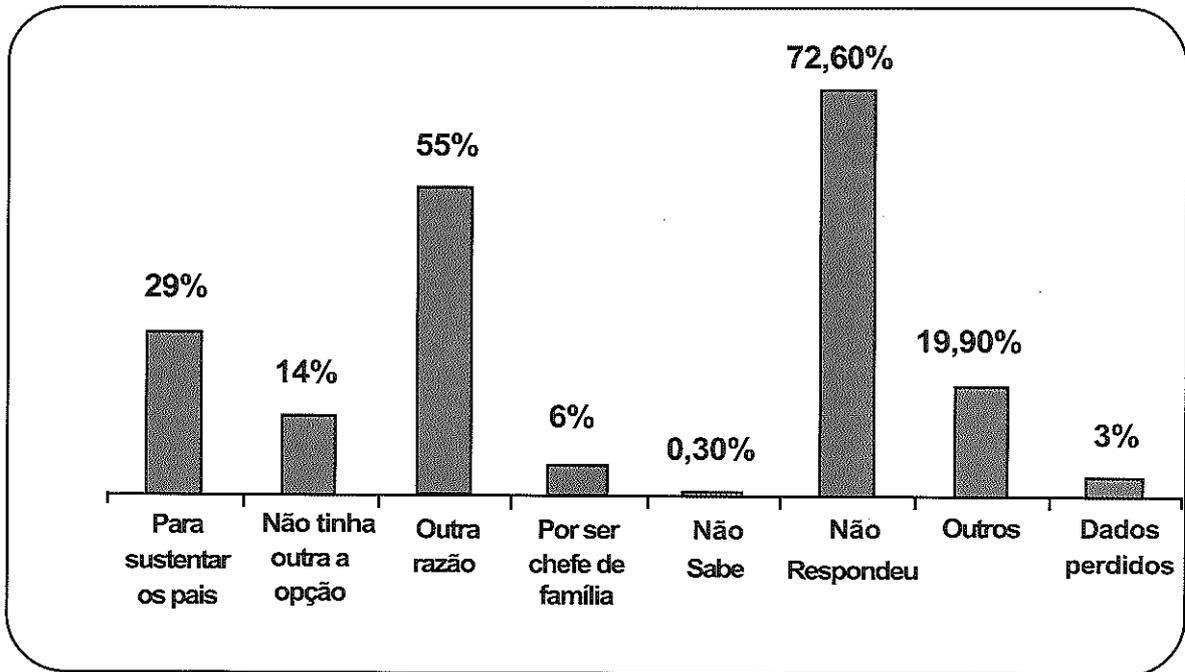


Figura 3 : Distribuição das trabalhadoras domésticas quanto as razões que as levaram a começar a trabalhar. Salvador, Bahia, Brasil. 1997.



Fonte: Sindoméstico, 1997.

Figura 4 : Distribuição dos trabalhos de acordo com a existência de algum contrato de trabalho, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

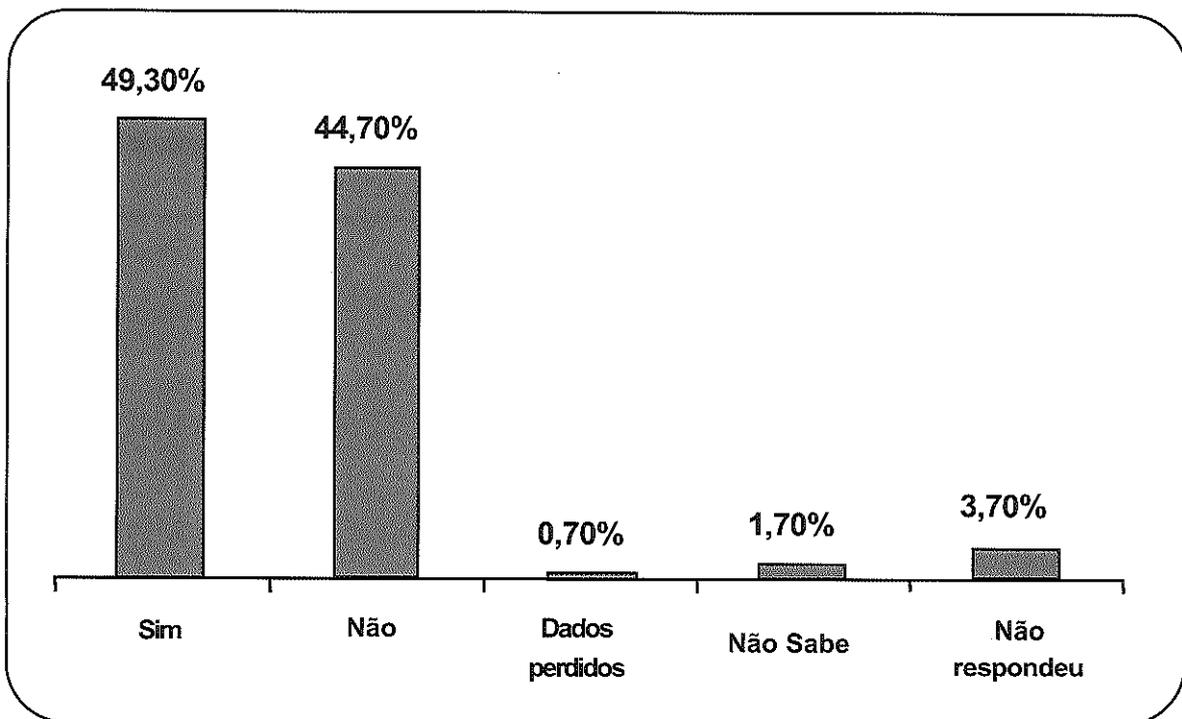


Figura 5: Distribuição das trabalhadoras domésticas de acordo com o tipo de trabalho. Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

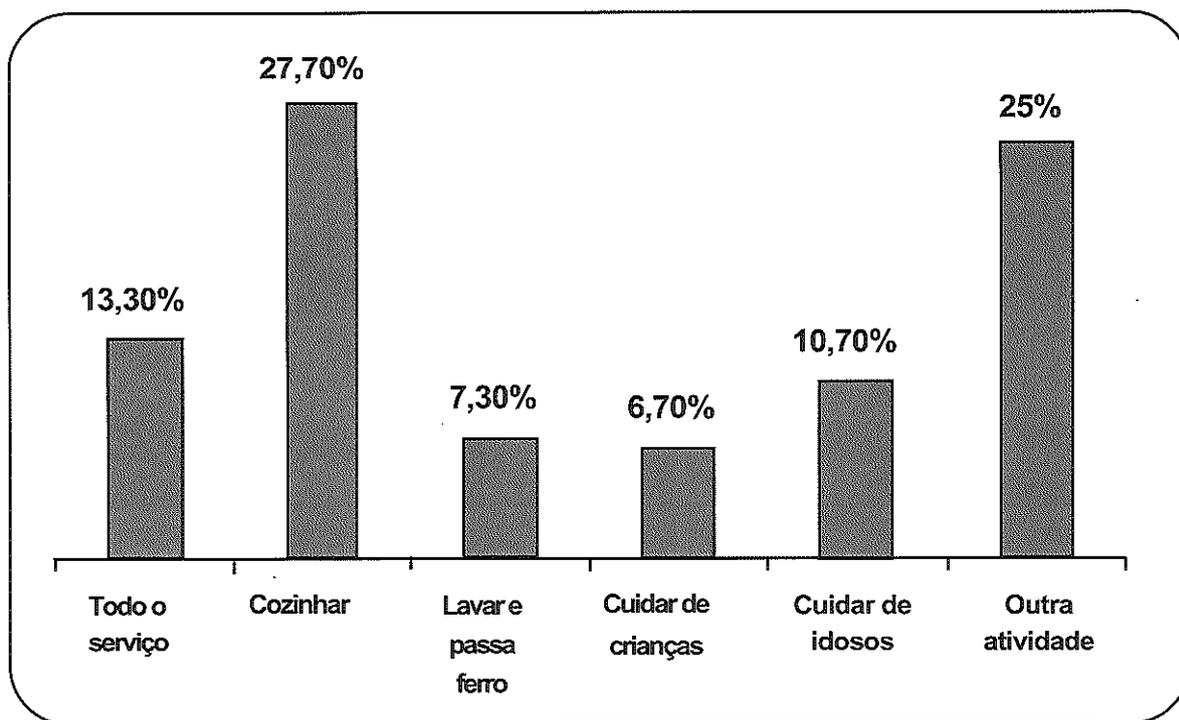


Figura 6: Distribuição das trabalhadoras domésticas quanto a tarefa que mais ocupa seu tempo no trabalho (ofício principal), Salvador, Bahia, Brasil, 1997.

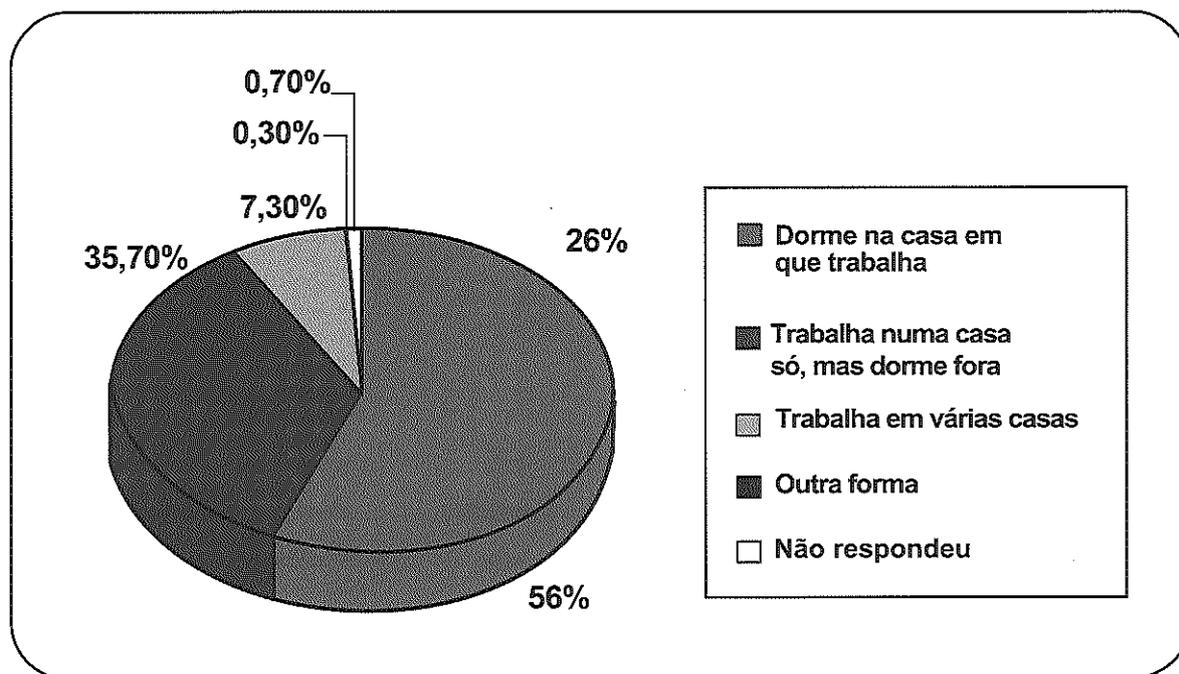
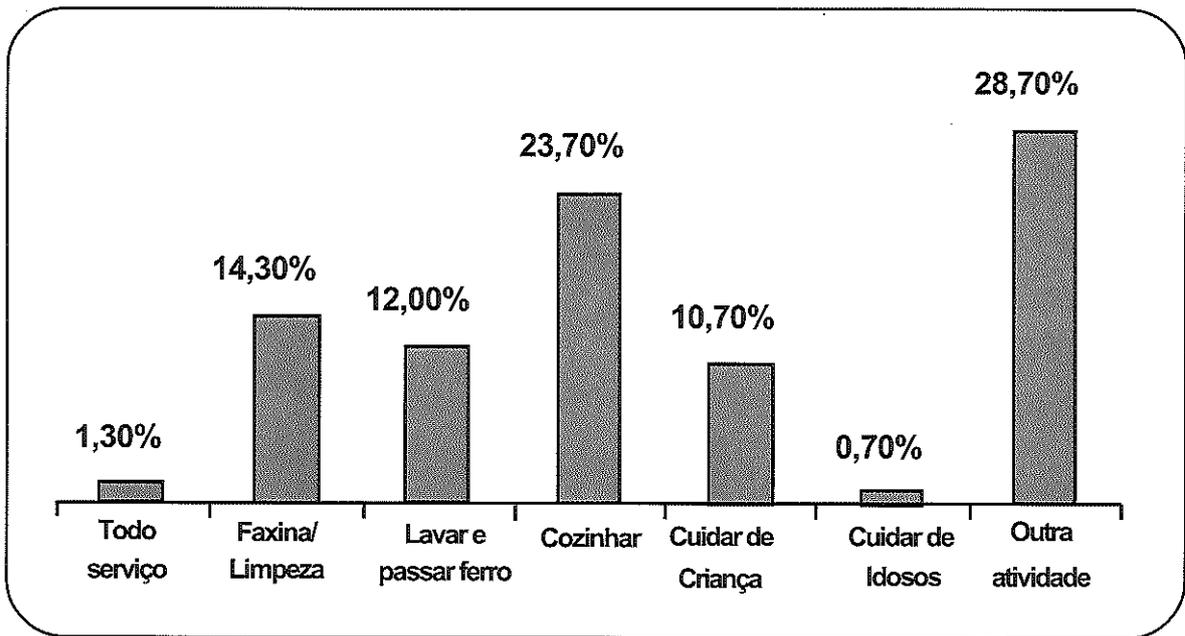
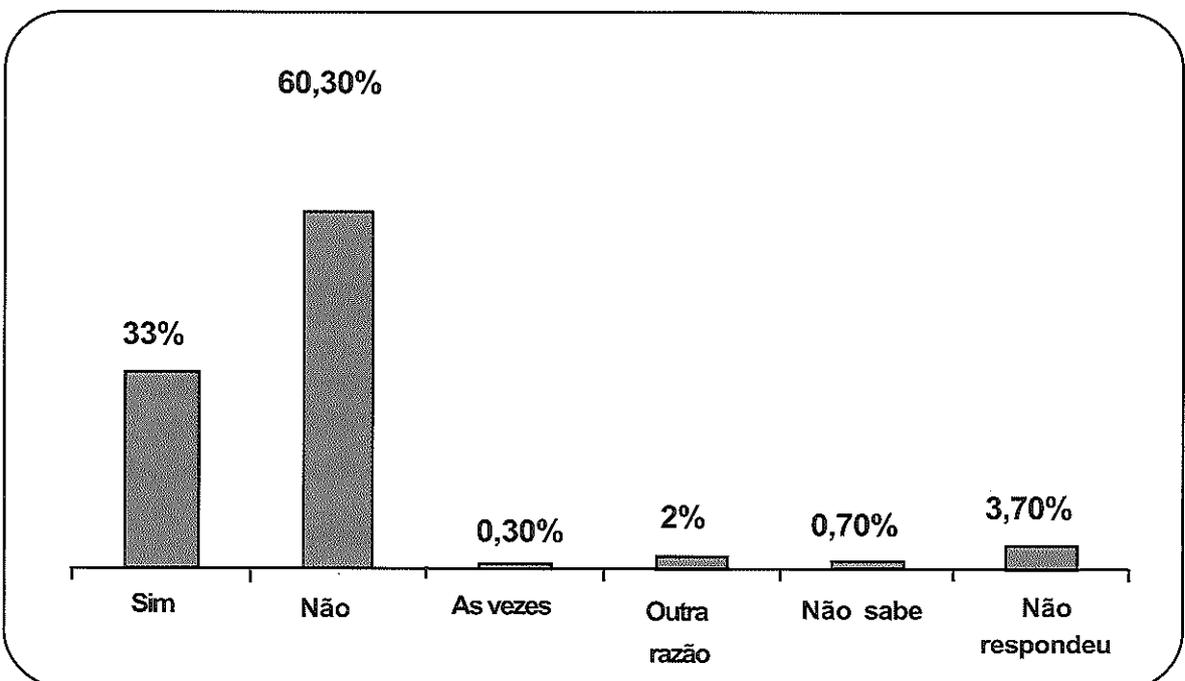


Figura 7: Distribuição das trabalhadoras domésticas quanto a atividade que mais gostava de fazer, Salvador, Bahia, Brasil, 1997.



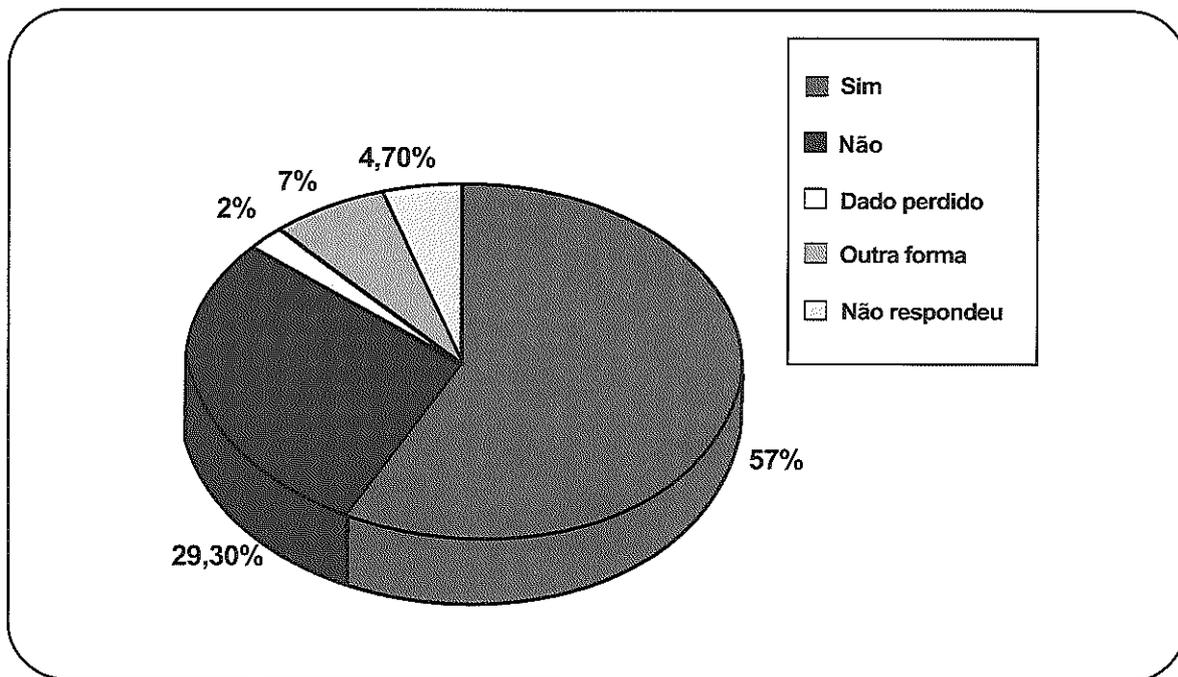
Fonte: Sindoméstico, 1997.

Figura 8: Distribuição das trabalhadoras domésticas, de acordo com a existência de pausa para descanso. Salvador, Bahia, Brasil, 1997.



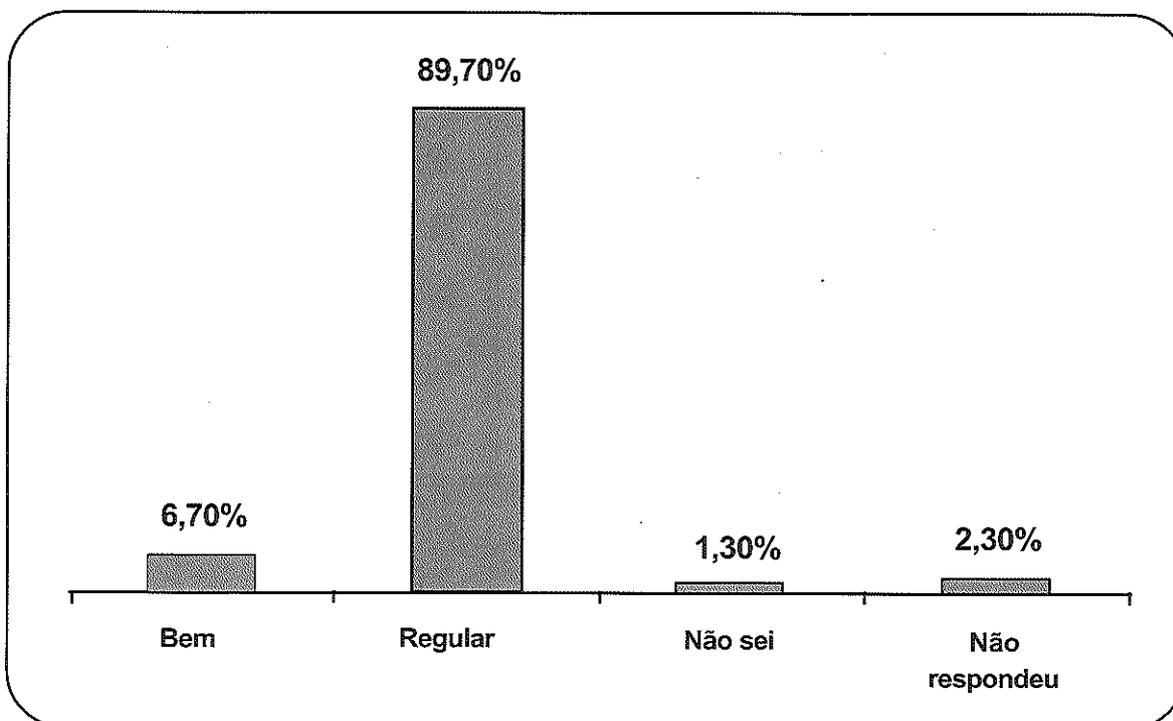
Fonte: Sindoméstico, 1997.

Figura 9: Distribuição das trabalhadoras domésticas, de acordo com ao direito a férias durante o ano. Salvador, Bahia, Brasil. 1997.



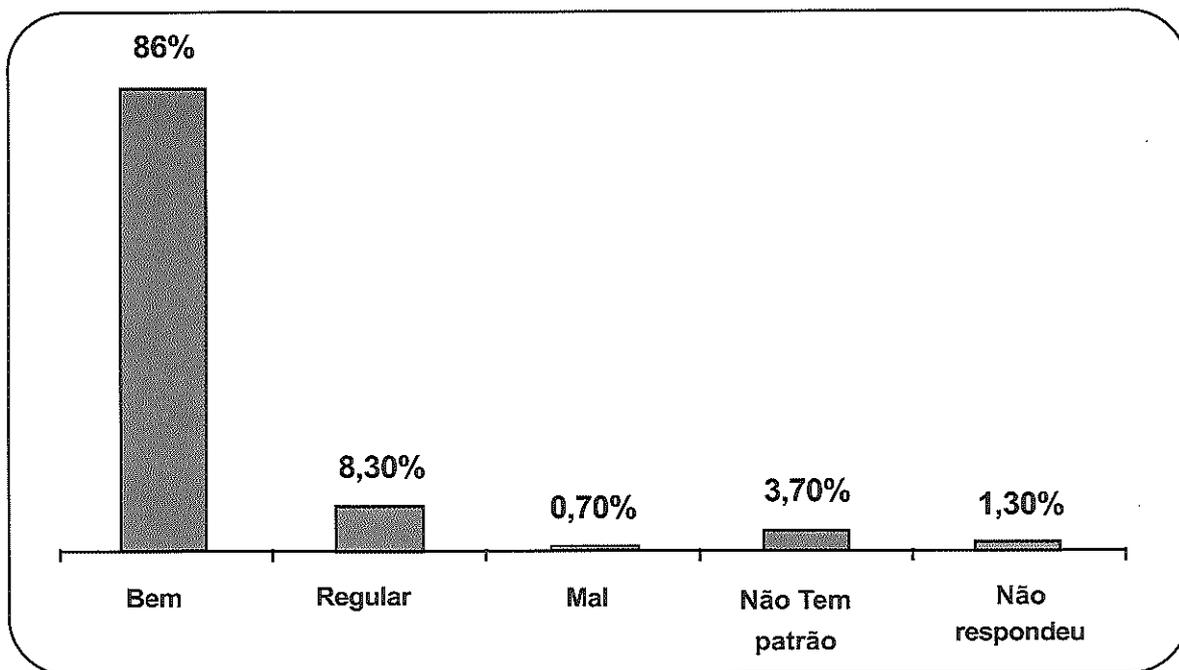
Fonte: Sindoméstico, 1997.

Figura 10: Distribuição das trabalhadoras domésticas que referiram como se davam com as pessoas da casa onde trabalhavam, especificamente a patroa. Salvador, Bahia, Brasil. 1997.



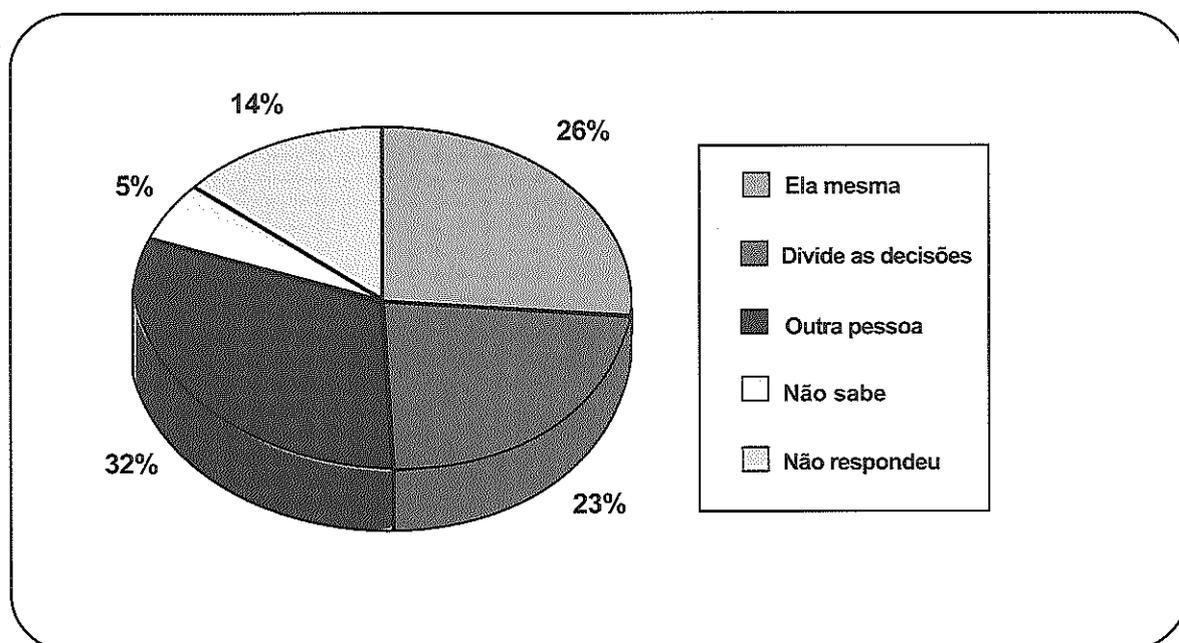
Fonte: Sindoméstico, 1997.

Figura 11: Distribuição das trabalhadoras domésticas que referiram como se davam com as pessoas da casa onde trabalha, especificamente o patrão. Salvador, Bahia, Brasil. 1997.



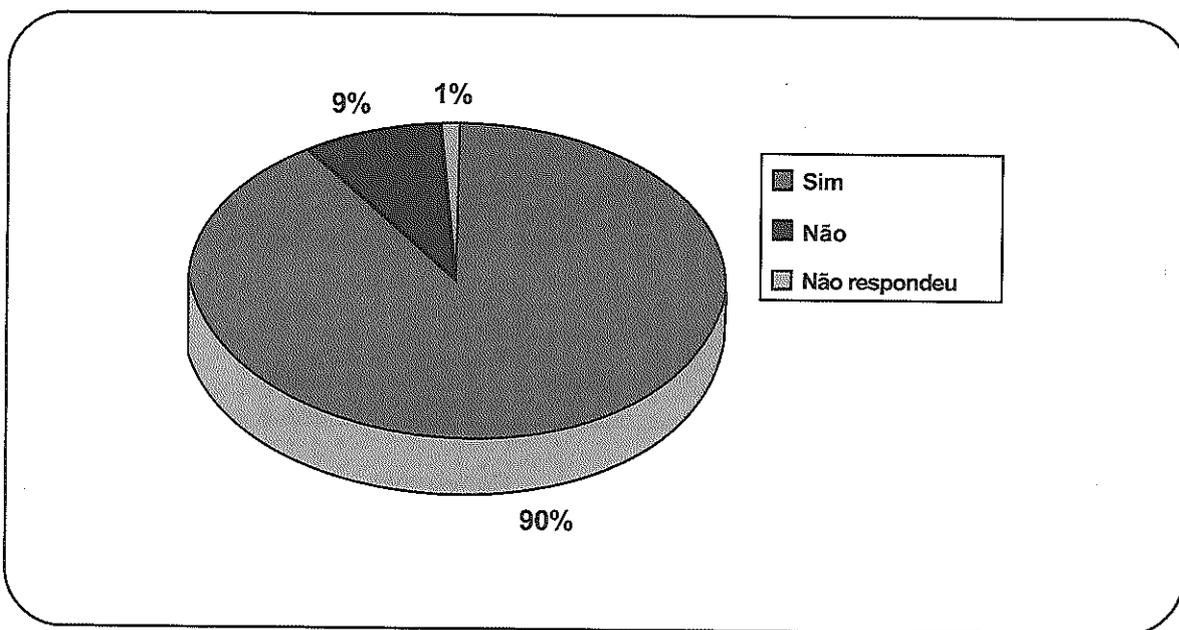
Fonte: Sindoméstico, 1997.

Figura 12: Distribuição das trabalhadoras domésticas de acordo com a referência sobre quem era o chefe da família. Salvador, Bahia, Brasil. 1997.



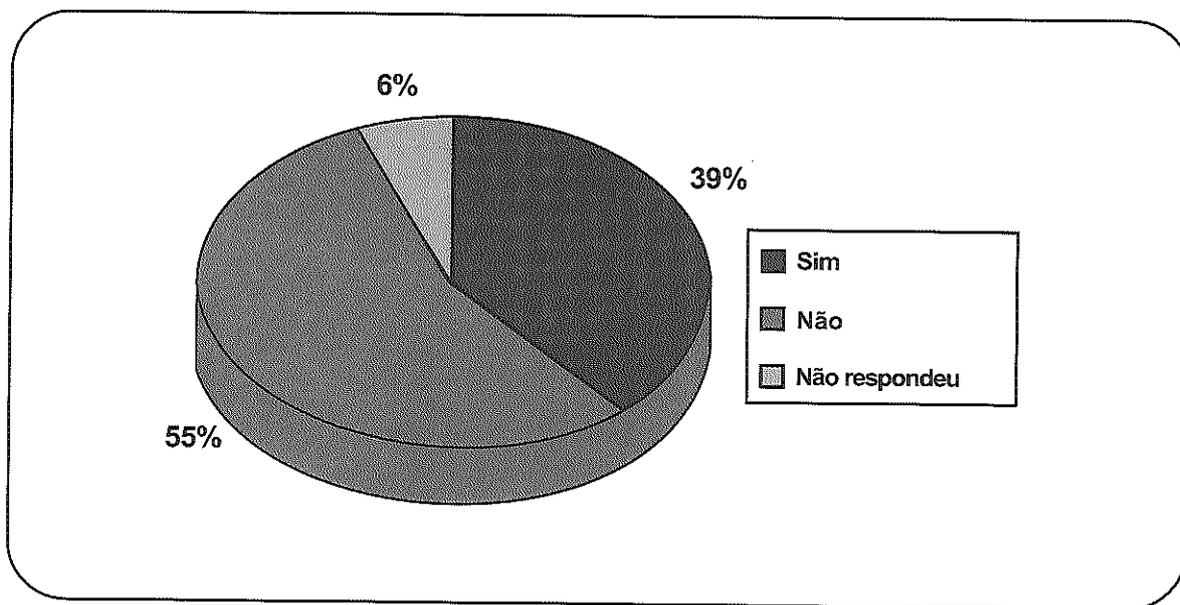
Fonte: Sindoméstico, 1997.

Figura 13: Distribuição das trabalhadoras domésticas quanto a presença de namorado. Salvador, Bahia, Brasil, 1997.



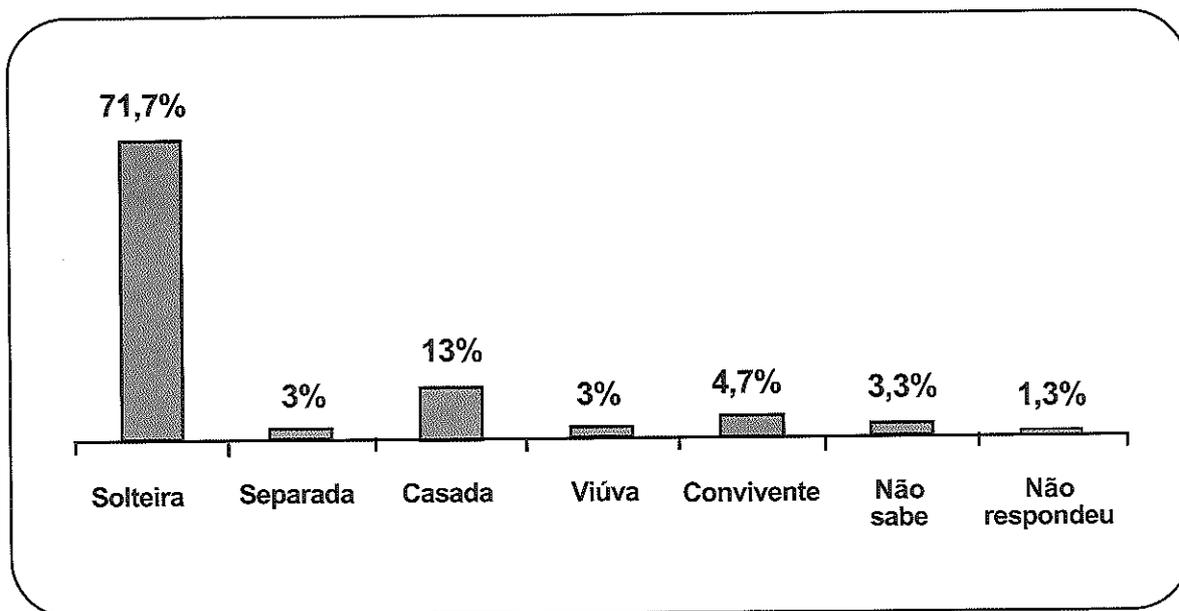
Fonte: Sindoméstico, 1997.

Figura 14: Distribuição das trabalhadoras domésticas quanto a possuir filhos. Bahia, Brasil, 1997.



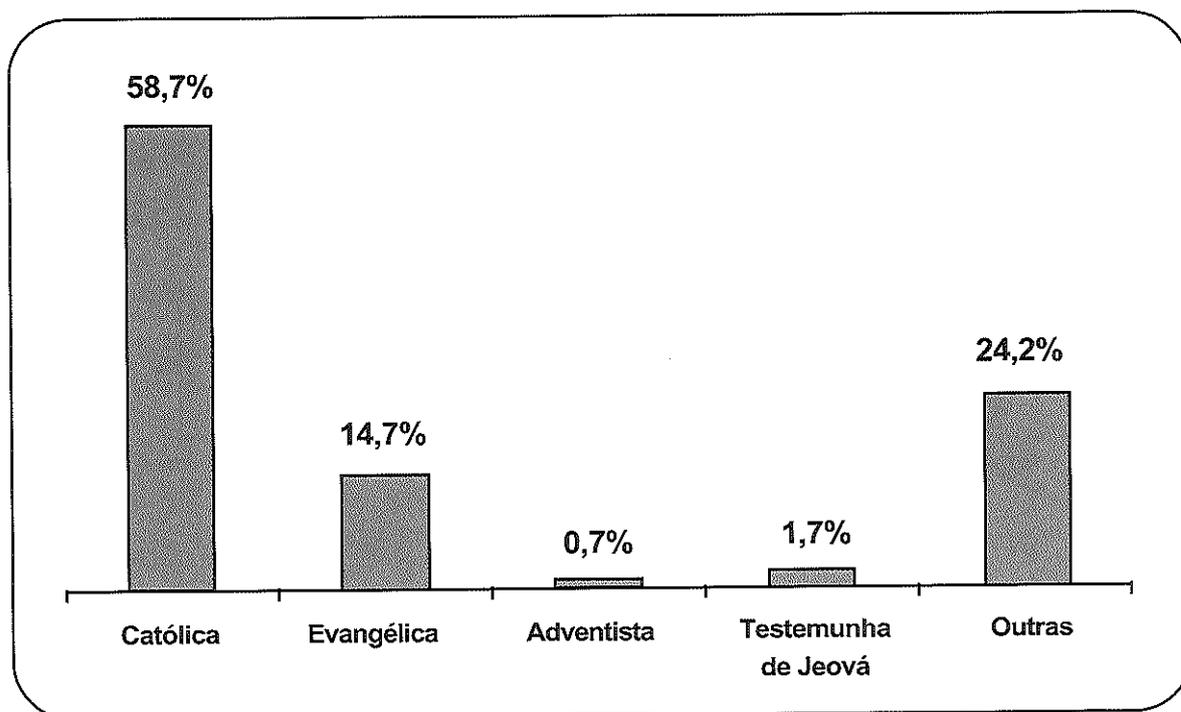
Fonte: Sindoméstico, 1997.

Figura 15: Distribuição das trabalhadoras domésticas quanto ao estado civil. Bahia, Brasil, 1997.



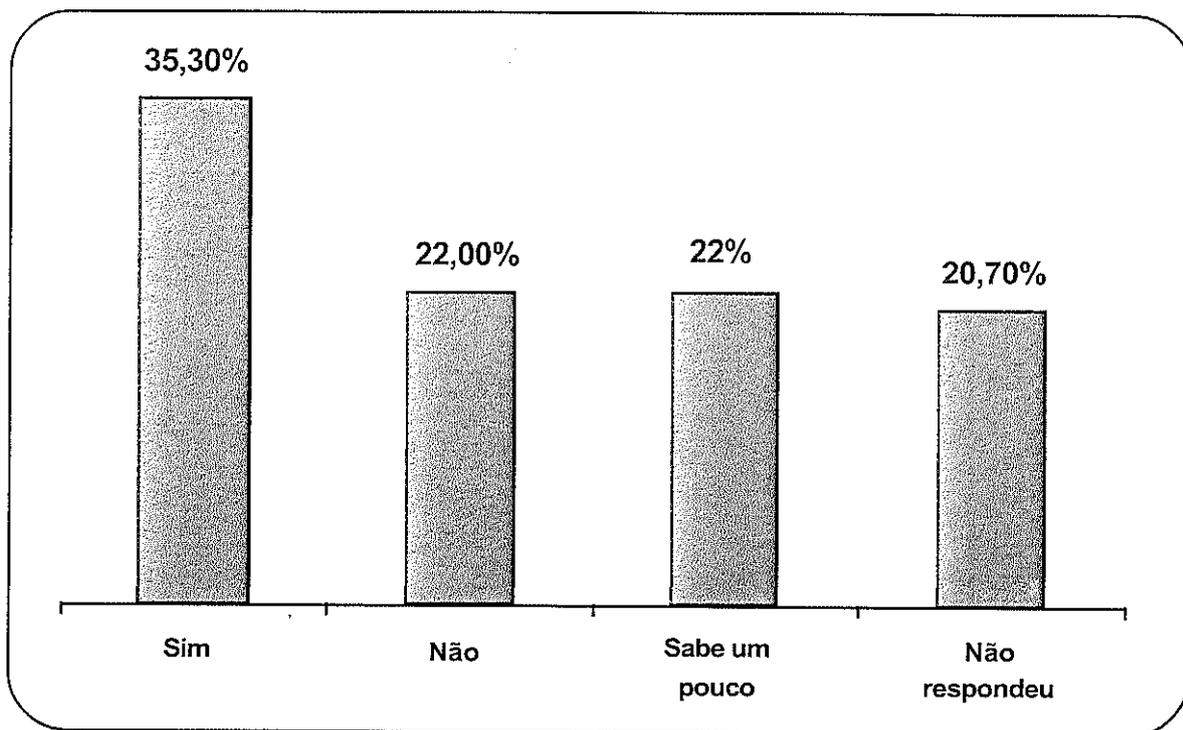
Fonte: Sindoméstico, 1997.

Figura 16: Distribuição das trabalhadoras domésticas quanto a religião que segue. Bahia, Brasil, 1997.



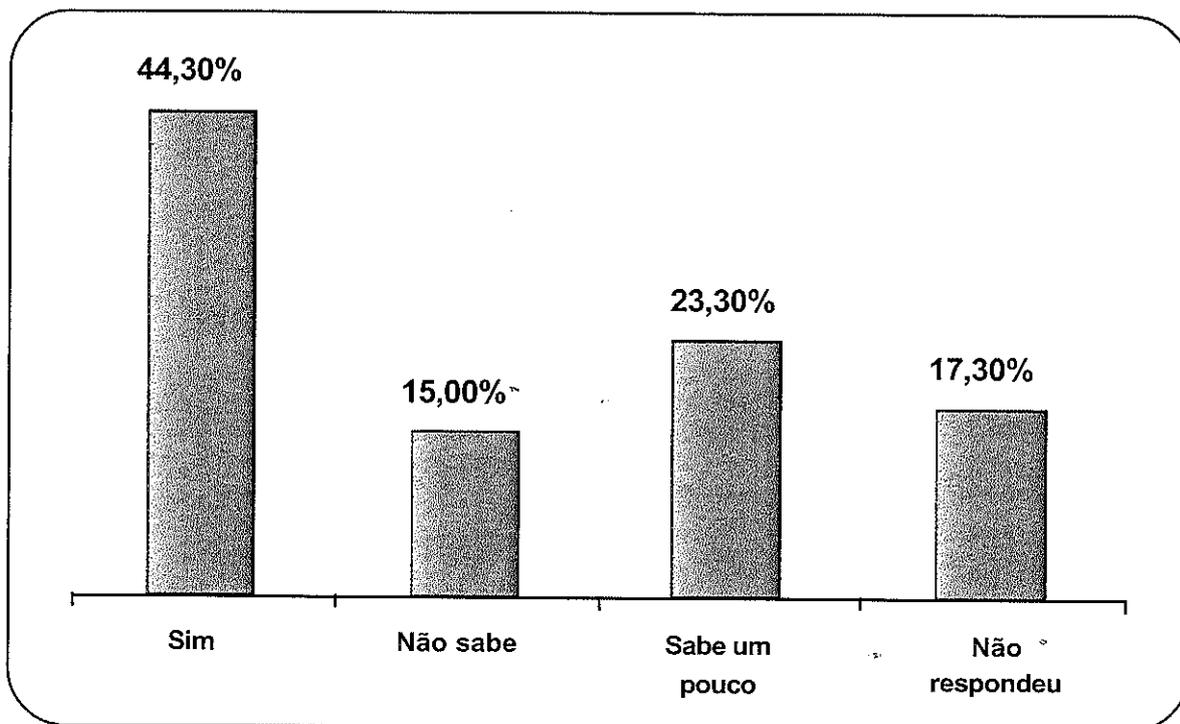
Fonte: Sindoméstico, 1997.

Figura 17: Distribuição das trabalhadoras domésticas quanto ao saber sobre a AIDS. Bahia, Brasil, 1997.



Fonte: Sindoméstico, 1997.

Figura 18: Distribuição das trabalhadoras domésticas quanto à noção sobre a forma de contágio da AIDS. Bahia, Brasil, 1997.



Fonte: Sindoméstico, 1997.

# MATERIAL DE TRABALHO

Projeto de Prevenção e Erradicação  
do Trabalho Infantil Doméstico na América do Sul

## SERIE DE ESTUDOS DA CONTACTRAHO

- 1** Condiciones de vida de las trabajadoras del hogar en la ciudad de La Paz, Bolivia.
- 2** Condições de vida trabalhadoras domésticas na cidade de Salvador - Bahia, Brasil.
- 3** Condiciones de vida de las trabajadoras del hogar en la ciudad de Lima, Perú.

## SERIE DE ESTUDIOS SOBRE AVALIAÇÃO RÁPIDA DE SITUAÇÃO

- 4** Perfil del Trabajo Infantil Doméstico en Brasil, Colombia, Paraguay y Perú.
- 5** Análisis de las metodologías de Evaluaciones Rápidas de Situaciones (RAS) para levantar información sobre Trabajo Infantil Doméstico en Brasil, Colombia, Paraguay y Perú.

## OUTROS DOCUMENTOS

- 6** La base de datos como herramienta de seguimiento de las acciones referentes a los Trabajadores Infantiles Domésticos en los Programas de Intervención Directa de Brasil, Colombia, Paraguay y Perú.



Projeto de Prevenção e Eliminação do  
Trabalho Infantil Doméstico  
na América do Sul

[www.oit.org.pe/ipec/tid](http://www.oit.org.pe/ipec/tid)  
e-mail: [ipectid@oit.org.pe](mailto:ipectid@oit.org.pe)

Financiado pelo Departamento do Trabalho dos Estados Unidos